

A NOVA CRISE DO NEOLIBERALISMO

A falta de regras no sistema financeiro leva dois bancos dos EUA ao colapso financeiro. Biden injeta US\$ 275 bilhões para salvar correntistas. E os americanos se perguntam: até quando tolerar o capitalismo sem freios?

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 20 de Março de 2023 Nº 87

A crise mostra que os juros precisam cair para salvar 2023
Governo reduz o juro do consignado e alivia aposentados
A ministra Cida Guimarães fala sobre os desafios da mulher
TCU desmoraliza Bolsonaro e manda devolver as joias
A desinformação como arma política é tema de dois livros



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo,

Fernanda Estima, Guto Alves, Isaías Dalle,

Nathalie Nascimento e Pedro Camarão



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
 Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar,

Arthur Chioro, Arlete Sampaio, Azilton Viana, Camila Vieira

dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto, Eleonora

Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de Castro, Esther

Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade,

Fernando Pimentel, Fernando Ferro, Francisco José

Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo, Lais Abramo,

Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura,

Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



EDITORIAL

A FARSA DO NEOLIBERALISMO

Alberto Cantalice

Intelectual e general do Exército, Nelson Werneck Sodré, nos estertores de uma longa e prolífica carreira de estudioso dos problemas nacionais, lançou o livro intitulado “A farsa do neoliberalismo”, em 1995. Sua última obra. O caráter premonitório do livro demonstra a sua perfeita atualidade. “A concentração da renda é um fenômeno mundial e assinala apenas a crise do capitalismo que, por isso mesmo, procura reordenar o mundo de acordo com os interesses do capital”, aponta Sodré.

Fragmentos da vaga neoliberal expandiram-se pelo mundo, principalmente no início dos 1980 com a ascensão de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, nos EUA e no Reino

Unido respectivamente. O ascenso dessa matriz econômica acabou transformando os bancos centrais em porta giratória dos mercados financeiros. Em vez de agirem como reguladores e agentes de política monetária atacando a inflação, mas também promovendo estímulos ao pleno emprego, atuam meramente como “regulamentadores” das dívidas públicas exercendo políticas contracionistas que dificultam o crescimento das economias.

Não é, por exemplo, o que assistimos atualmente no Brasil? A iniciativa de promover a chamada autonomia do BC – uma velha aspiração do rentismo brasileiro, posta em ação pelo Chicago boy Paulo Guedes –, longe de cumprir o ideário aprovado pelo Congresso na lei que lhe

deu origem, só se preocupa com as metas de inflação. Esquece da geração de emprego. Daí vêm esse verdadeiro “garrote” sobre a economia: os juros estratosféricos de 13,75%, inibindo o investimento e o crescimento da economia.

A responsabilidade com as contas públicas sempre foram a tônica dos governos liderados por Lula. Ele foi o presidente que zerou a dívida com o FMI e abriu caminho para o aumento exponencial das reservas cambiais brasileiras. São os US\$ 375 bilhões que sustentam o país e inibem os solavancos das crises internacionais e seus reflexos sobre o Brasil.

O futuro da Nação passa pelo crescimento. É preciso inocular a esperança nos corações e mentes do povo brasileiro. Isso requer justiça social e cidadania. Não dá mais para as velhas elites implementarem o seu surrado mantra: “farinha pouca, meu pirão primeiro.”

FALTA DE REGULAÇÃO LEVOU À QUEBRA DE BANCOS. UMA NOVA CRISE?

A falta de limites do mercado coloca mais uma vez o sistema bancário em armadilha, com Washington aprovando ajuda bilionária. É a nova crise do neoliberalismo, enquanto Wall Street tenta se safar das responsabilidades. Houve mesmo um crime

Páginas 10 a 19

ENTREVISTA. Ministra Cida Guimarães anuncia os desafios para as mulheres

Página 4

SEGURANÇA. Lula manda tropas da Força Nacional ao Rio Grande do Norte

Página 24

MEMÓRIA. 50 anos do assassinato de Alexandre Vanucchi e 5 de Marielle

Páginas 28 e 29

ECONOMIA. Fernando Haddad volta a sair em defesa da queda dos juros

Página 20

CORRUPÇÃO. Bolsonaro terá de devolver as joias sauditas à Presidência

Página 25

HISTÓRIA. As mortes em Auschwitz e o início da ditadura na Argentina

Páginas 30 e 31

APOSENTADOS. Governo anuncia queda do juro do empréstimo consignado

Página 21

ESCÂNDALO. Jogaram fora 29 milhões de doses de vacinas contra a Covid

Página 26

LIVROS. Duas obras distintas tratam do uso das redes sociais no século 21

Página 34

BRASIL. Em Raposa Serra do Sol, Lula promete mais terras aos povos indígenas

Página 22

ARTIGO. Zeca Dirceu saúda a reconstrução do SUS pelo governo do presidente Lula

Página 27

CINEMA. Hollywood dá prêmios a filme frenético com um toque oriental

Página 36

“TODAS AS POLÍTICAS PARA AS MULHERES FORAM DESTRUÍDAS”

A ministra das Mulheres afirma que o Golpe de 2016 foi determinante para a desconstrução das políticas públicas voltadas para a mulher. Ela diz que, depois da queda de Dilma, e do novo papel atribuído ao sexo frágil – “bela, recatada e do lar”, o espaço político voltou a retroceder para um passado em que buscou-se dar ao papel feminino uma condição de irrelevância. E, com Bolsonaro, a violência aumentou em todas as suas formas

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

A ministra das Mulheres do governo Lula descreveu um cenário de destruição total com relação às políticas públicas voltadas para a mulher. A política adotada desde o governo Temer teve como objetivo manter as mulheres como submissas dentro do sistema familiar. Ela aponta que até mesmo os cursos de formação profissional voltados para o público feminino tinham essa intenção. Para a ministra, trata-

-se de uma perspectiva “muito conservadora e atrasada”.

Cida Gonçalves foi secretária de enfrentamento à violência contra a mulher durante o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva e também no governo de Dilma Rousseff. Ela trabalhou na concepção do Ligue 180, serviço que foi completamente desvirtuado durante as gestões Temer e Bolsonaro. O serviço foi remodelado nos últimos anos para funcionar como um disque-denúncia, algo que não pode ser função do governo federal.

Nesta entrevista a **Focus Brasil**, Cida Gonçalves lamenta que a violência contra a mulher só tenha aumentando no Brasil e que o desafio para o novo governo é grande. A explosão de casos de feminicídio e de violência contra a mulher tem muito a ver com o comportamento de Jair Bolsonaro, que fez de tudo para naturalizar esse tipo de conduta criminoso.

Na perspectiva dela, o fascismo tem o objetivo de cassar o lugar de fala das mulheres na sociedade, mas o novo governo



busca empoderá-las para que ocupem espaços em todas as esferas na sociedade. Eis a íntegra da entrevista:

Focus Brasil – Qual é o cenário encontrado no governo federal das políticas públicas voltadas para a mulher?

Cida Gonçalves – Na verdade, foi um cenário de pós-guerra, eu chamaria. Tudo destruído, destruído... Estou falando de políticas públicas, do que já tinha sido construído ao longo dos anos, tanto nos 14 anos dos nossos

governos, de Lula e Dilma, como antes, com o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e a luta do movimento de mulheres. Praticamente tudo foi destruído. E o que é grave também foi o processo da concepção política instituída no ministério. Em vez de trabalhar a questão dos direitos da mulher, trabalhavam-se os direitos da família. A mulher deixa de ser o centro da política pública e passa a ser olhar para a família. Então, é aquela mulher que é mãe, que tem que cuidar, ser cuidadora. Todos os progra-

mas e recursos foram envolvidos nessa perspectiva. A gente tinha “Cuide de uma mulher”, “Salve uma mulher”, né? Então, você volta ainda para uma concepção muito conservadora e muito atrasada no olhar para as mulheres.

E isso vai se refletir no investimento, no orçamento que se tem e nas políticas que estavam sendo construídas por eles, algo completamente contraditório àquilo que fazíamos. Você tinha o programa de autonomia econômica que trabalhava dentro da perspectiva de inserir as mu-

Iheres no mercado de trabalho e de tratar da questão da igualdade. O que eles implementaram foi efetivamente outro programa chamado Qualifica Mulher, que busca formar basicamente profissionais de corte e costura, cabeleireira, esses cursos tradicionais que reforçam o papel da mulher “dentro de casa”.

Na questão da violência, que era onde tínhamos grandes avanços, encontramos um 180 inexistente. Na verdade, uma propaganda... Eles transformaram o 180 e o “Disque 100”, colocaram tudo dentro da Ouvidoria de Direitos Humanos. Portanto, esses serviços deixaram de cumprir um papel primordial para a sociedade, para as mulheres, que é de informação, orientação, que era o papel que tinha anteriormente. E transformaram-nos, efetivamente, num disque-denúncia. E o disque-denúncia, sabemos, vocês sabem, eu sei, que a mulher liga na situação de emergência. Como é que o 180 daqui dá conta de um caso que está acontecendo num município ou num estado? Portanto, isso é um elemento muito forte do 180. E o outro é que todos os atendentes, homens e mulheres, atendiam todas as ligações. Então, as mulheres também eram atendidas pelos homens. [Era] Um único protocolo para todos os atendimentos, na questão da criança e adolescente, para idoso, da igualdade racial, para as mulheres, para a questão da calamidade pública. Efetivamente, você não tinha um olhar específico para a mulher.

E também encontramos um menor número de serviços do que deixamos, seja em relação aos centros de referência, seja com relação a delegacias de mulheres, coordenadorias de políticas para as mulheres. E as Casas da Mulher Brasileira, que eram o

carro-chefe do programa “Mulher, Viver Sem Violência”, têm onze em funcionamento que foram as que deixamos. Esse é o quadro encontrado. E estamos avaliando a questão da liberação de recursos para os convênios. Ainda temos uma nova etapa depois para dizer como foi a distribuição do recurso deles.

– **O Golpe de 2016 foi misógeno contra Dilma, mas também o que veio depois, o bolsonarismo, parece que abriu uma caixa de**

DEPOIS DO GOLPE DE 2016, AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES SOFRERAM UM RETROCESSO. VOLTAMOS A UMA ETAPA ANTERIOR

Pandora. Existe um incremento do número de feminicídios, violência doméstica, de todos os tipos de crimes contra as mulheres.

– Tem também a questão das famílias uniparentais, 90% das famílias uniparentais chefiadas por mulheres pobres. Houve um verdadeiro descalabro para o futuro do nosso país.

– **Um dos grandes esforços é tentar fazer aquilo que o Lula**

está fazendo, de tentar pacificar o país, de tentar criar uma situação mais comum e romper com essa espiral de violência?

– Eu concordo com isso. Porque precisamos trabalhar principalmente na pauta das mulheres porque, na verdade, essa pauta foi a mais afetada pelo que o governo anterior. Devo dizer, o fascismo trabalha, quer é focar, na pauta dos costumes e da moral. E a pauta das mulheres é um dos carros-chefe desse processo. Então, tudo o que você traz, que é a questão do aumento do feminicídio, da violência sexual que aconteceu nesses últimos anos... Eu não trabalho com quatro anos, trabalho com esses seis anos e porque não dizer, oito anos, que foi desde quando começou o processo do pedido de impeachment da presidenta Dilma, que houve um aumento da misoginia e do ódio com relação a questão das mulheres. A campanha para tirar a Dilma já foi uma campanha misógina porque trabalhou todos os elementos de que lugar da mulher não é na Presidência.

Vamos ter uma construção na sociedade brasileira de que o papel da mulher é aquela que veste rosa e o homem é o que veste azul, dentro da simbologia tradicional disso. No período do Michel Temer, tinha a questão da “bela, recatada e do lar”. Então, tiraram uma presidenta que tinha posição política, estava num espaço e entra com o discurso da “bela, recatada e do lar”. E isso é um conceito que vem muito forte e vai trazer os elementos do ódio, da raiva. Passaram a exigir praticamente que as mulheres cumpram só esse papel. E, em 2018, vem a eleição de um presidente que autoriza a violência contra as mulheres, todos os tipos de violência, mas autoriza a violência contra a mulher quan-

do violenta e agride jornalistas mulheres, mas também quando diz que mulher feia pode ser estuprada. Então, havia uma autorização para que se aumente a violência. Este é o desafio que ainda está colocado.

Esse é um dos prejuízos que tivemos nesses oito anos de processo de desconstrução. Agora, concordo que temos que trabalhar, eu não diria dentro da pacificação, mas o que é comum às nossas pautas: a violência e a questão da igualdade entre homens e mulheres são pautas importantes para todas as mulheres. Essas pautas que vamos trazer e carregar dentro do ministério para de fato conseguir avançar. Eu acho que não é nem tanto pacificar, diminuir os processos, mas construir um mínimo de pensamento unitário com relação ao papel e à estratégia das mulheres na sociedade. Porque se queremos discutir empoderamento, passa por aí. E se você for acompanhar o que está acontecendo com a maioria das vereadoras, o que aconteceu com a Teresa Capri [vereadora do PT em São Miguel do Oeste], em Santa Catarina, com as três que estão ameaçadas, se você pegar o caso da [ex-deputada] Manuela D'Ávila, há um processo de cassação da fala das mulheres. Precisamos reverter isso. Esse é o grande desafio que o Ministério das Mulheres tem, na minha avaliação. Vamos ter que construir esse papel, e o nosso, do ministério, é correr este país, falar com todo mundo e, de fato, puxar esses dois temas primordiais.

– Com relação ao projeto de lei que prevê igualdade de salários para homens e mulheres, gostaria que a senhora explicasse um pouco de onde surge essa pauta e qual o resultado que podemos esperar dessa legislação?

– É uma discussão já das mulheres sindicais, das mulheres do país, mas o principal interlocutor é o presidente Lula. Ele disse, “não é possível, tem que ter um projeto de lei”. E solicitou que os ministérios das Mulheres e o do Trabalho pensassem uma legislação para trabalho igual, salário igual. A proposta do projeto de lei surge daí. Qual é a diferença? A diferença é que, efetivamente, no projeto de lei você institui a questão da igualdade, mas estabelece alguns elementos que

COM TEMER, A MULHER DEIXOU DE SER PROTAGONISTA PARA SER "BELA, RECATADA E DO LAR". EM 2018, BOLSONARO PASSA A "AUTORIZAR" TODA VIOLÊNCIA

são fundamentais. Primeiro, a fiscalização. Segundo, as multas. Mas a gente também estabelece a questão do reconhecimento. Então, colocam-se parâmetros e quem vai fiscalizar: o Ministério do Trabalho e o Ministério Público. Estabelecemos parâmetros, o que é diferente do que consta na Constituição e na CLT porque elas dizem que precisa ter igualdade e fica nisso. Não estabelecemos quais são os parâmetros, quem fiscaliza, como fiscaliza e

porque fiscaliza. Agora, é importante dizer que sabemos que a questão da igualdade salarial não é só uma questão de legislação, é um processo de reconstrução de uma cultura, inclusive organizacional e empresarial no país e, por que não dizer, também governamental, das instâncias do governo.

Precisamos discutir, por exemplo, porque a igualdade passa também pela questão do acesso das mulheres a cargos de chefia e, para isso, as mulheres precisam e precisamos discutir a questão dos cuidados. Como é que fica? A mulher geralmente não ascende no cargo profissional porque às 17 horas ela ainda é a responsável por pegar o filho na creche. Se acontece um problema, a criança cai ou machuca, ou está com febre, é para a mãe que a creche liga, não liga para o pai. Ainda não temos uma cultura social na qual a responsabilidade é parental. Ela é única e exclusiva das mulheres. Portanto, esse também é um debate que temos e vamos fazer. Já criamos o grupo de trabalho, já temos estudos do IBGE, mas queremos aprofundar e discutir com a sociedade civil organizada, com toda a população brasileira e, principalmente, com os empresários: como é que vamos fazer esse debate da ascensão da mulher com todos esses elementos que necessitamos. É necessário pensar uma reorganização institucional e organizacional das empresas. É necessário outras políticas públicas como lavanderias comunitárias, que os restaurantes que custam R\$ 1 na periferia e em outros lugares abram sábado e domingo para que a mulher não precise ficar dentro de casa. Então, quais são as políticas públicas que podemos fazer para que as mulheres possam também ascender profissionalmente. E a partir daí a

gente estabelece um outro critério de igualdade no país.

– Vimos agora a propaganda da Câmara Federal dizendo que aumentou de 72 para 90 e tantos o número de mulheres no Parlamento. Claro que sempre que aumenta é bom, mas isso está muito aquém da realidade. As mulheres são maioria no eleitorado e não chegam a compor 20% da Câmara e do Senado. Quando falamos em assembleias legislativas e câmaras de vereadores amplia-se mais ainda a ausência de mulheres. O ministério vai agir como agente estimulador da participação das mulheres na vida social, na vida política?

– É uma das nossas funções. Tanto que a gente criou a Secretaria de Articulação Institucional e Participação Política pensando a participação tanto no campo dos partidos, mas também na sociedade. Precisamos ter mais mulheres presidentes da CUT, das centrais sindicais, da CGT, precisamos ter mais mulheres à frente dos sindicatos, mais mulheres à frente dos partidos. Precisamos ter mais mulheres com lugar de fala, porque o que defendo é que na maioria das vezes as mulheres militam, trabalham e o lugar de fala na imprensa sempre é dos homens. E as eleições são um pouco isso. Só vai conseguir se eleger, se conseguir falar, se você se comunicar com a população. É isso que precisamos construir, que o espaço e o lugar de fala das mulheres têm que ser garantidos. E o fascismo quer é terminar com isso. Eles querem terminar com os espaços e os lugares de fala. Eles estão atrás das jornalistas, das influencers, vereadoras... Então, precisamos ocupar esse lugar. Essa é a primeira questão na minha avaliação.

Como que precisamos fazer

isso? Fazendo um debate com a sociedade. Eu não sou muito adepta de que tudo tem que ser campanha de mídia, porque vai muito dinheiro e não se consegue medir o resultado e nem onde chega. Mas eu não descarto. Porém, acho que não pode ser o investimento principal do ministério, das políticas públicas. Temos que investir na nossa capacidade de forjar novas lideranças e colocá-las em lugar de visibilidade. E para isso pre-

TEMOS QUE INVESTIR NA NOSSA CAPACIDADE DE FORJAR NOVAS LIDERANÇAS ENTRE AS MULHERES E COLOCÁ-LAS EM LUGAR DE VISIBILIDADE

precisamos fazer um debate com a sociedade, ir para os estados, fazer o que o Lula pede: ministro não pode ficar em Brasília, tem que andar o país. E é isso que vou fazer. Tentar localizar as lideranças, colocar as mulheres em lugar de fala, empoderá-las, seja dentro dos organismos de política para as mulheres, como secretárias municipais, coordenadoras, seja como secretárias das centrais sindicais, sindicatos, seja na associação de moradores, não importa. O importante

é que possamos fazer com que essas mulheres consigam garantir e saber que elas têm poder e que neste ministério elas se fortalecerão para ter esse lugar de fala porque aí, sim, a gente vai conseguir efetivamente colocar as mulheres num outro patamar, em condições de disputar, de igual para igual.

A eleição no Parlamento é injusta para as mulheres. Por mais que a gente tenha conseguido 30% de cota nos partidos e 30% do fundo eleitoral, acompanhamos muitos partidos que não deram conta de gastar o fundo ou que colocaram candidatas “laranjas” até a eleição passada. Precisamos efetivamente vencer esse processo. Precisamos fazer com que as mulheres de fato, em cada candidatura, tenham um investimento real nelas. Porque os homens, vamos pegar o nosso presidente: foi candidato a presidente quantas vezes até se eleger? Então, por que é que as mulheres só são candidatas uma vez e para ser “laranja”? Não se elegeu, teve 1 mil votos, vai ter que ter a segunda candidatura para ter 2 mil, depois 3 mil, até se eleger.

Essa precisa ser a cultura que precisamos trazer para dentro dos partidos e dizer que lá tem mulheres, porque a imprensa geralmente vem questionar: “Ministra, a senhora quer mulheres no poder, mas 11 ministras não é pouco?” Não, não é. É, para 37 ministérios, mas se comparar é um dos maiores números que tem de ministras mulheres. Porém, quem indica, né? Quando o presidente pede, os partidos indicam homens, não indicam mulheres. Então, não adianta dizer a culpa é do Lula ou do Ministério das Mulheres. Precisamos colocar que as mulheres têm capacidade técnica e política para serem ministras, governadoras,

vereadoras, presidentes de sindicato, centrais sindicais. Acho que isso que precisamos construir. Essa, para mim, é a campanha mais válida que podemos fazer. É o investimento, na verdade, mais forte que podemos fazer, que é mudar um pouco as relações internas das instituições brasileiras.

– E há medidas específicas e metas? A gente falou um pouco da questão da violência contra a mulher, mas existe um projeto já em andamento, de expansão ou de fortalecimento das patrulhas Maria da Penha. Querida que a senhora falasse um pouco sobre isso. Eu sei que existia também uma intenção de até o carnaval já ter equipes exclusivamente femininas, atendendo no 180. Como está isso e qual é o plano para o futuro?

– Nós trabalhamos até o Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, com 100 dias das entregas de urgência e emergência. Dentro da perspectiva da construção das políticas já estamos trabalhando em várias áreas. Na área da violência que estamos trabalhando, o 180, a gente conseguiu uma reestruturação média, mas não é o que queremos. O contrato não permite, mas como vence em junho, estamos no processo de licitação. A ideia é fazer ao 180 aquilo que era seu papel original: orientar e informar as mulheres no Brasil. Essa é a primeira questão. Já estamos atendendo, tendo capacitações.

A Patrulha Maria da Penha são 270 unidades que o Ministério da Justiça tem e que serão distribuídas para os estados. Vamos ver de acordo com a necessidade, de acordo com o que tem de política. E a Casa da Mulher Brasileira também. Vamos estabelecer alguns critérios que são importantes porque não é só distribuir a viatura e não é só cons-

truir a casa. Tem que ter uma pac-tuação que envolve vários atores nesse processo. A patrulha funciona quando a medida protetiva sai. Você tem que ter uma articulação com o sistema de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e juizado. Precisa ter a patrulha e quem coordena esse processo. Estamos estabelecendo já a articulação para que isso aconteça.

Queremos construir uma casa em cada capital como era a proposta inicial, mas também

ESTAMOS ELABORANDO UM PACTO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO FEMINICÍDIO PORQUE ESSE É UM GRANDE DESAFIO PARA O BRASIL

trabalhar para que seja possível capilarizar para o interior. Não podemos ter serviços especializados e específicos única e exclusivamente para as capitais do Brasil. Então, vamos trabalhar com uma perspectiva de municipalizar, de levar para o interior. Dessas 40 que estamos lançando agora, 11 vão para as capitais, 33 para o interior. Tudo para que a gente possa, de fato, dar conta desse elemento de chegar e atender ao máximo de

mulheres que seja necessário. Mas, fora isso, estamos fazendo uma discussão com o Wellington Dias porque é importante que os CRAS e os CREAS que estão nos 5.600 municípios também possam atender as mulheres para que não fiquem sem atendimento. Então, estamos trabalhando uma política de articulação institucional para que possamos dar conta de todo o arcabouço e enfrentar a questão da violência.

Estamos elaborando um pacto nacional de enfrentamento ao feminicídio porque esse é um grande desafio. Tivemos em 2022 uma mudança que parece pequena, saímos de 2021 com uma mulher assassinada a cada sete horas para uma assassinada a cada seis horas. É uma hora a menos. Cada uma hora a menos é uma vida menos. Então, precisamos trabalhar uma estratégia forte para isso. Estamos trabalhando nessa perspectiva. Para além da violência, também estamos querendo reativar o programa Pró-Equidade de Gênero. Isso vai ajudar efetivamente a gente a fazer uma discussão sobre a questão da violência, do assédio moral, do assédio sexual nas empresas, e também a questão de como a gente junta o Pró-Equidade, a lei da igualdade e a discussão dos cuidados, estratégias que precisam ser estabelecidas.

E só para encerrar, nos dias 12 e 13 de abril vamos realizar aqui em Brasília o Fórum Nacional dos Organismos de Políticas para as Mulheres. Vamos colocar 500 organizações para fechar, efetivamente, as estratégias que vão casar a política que o governo Lula está fazendo à realidade dos municípios e dos estados para que possamos então, a partir daí, construir todas as políticas e chegar num resultado concreto, efetivo para a vida das mulheres. •

NEOLIBERALISMO EM CRISE



Autoridades dos EUA pedem calma, investidores fogem das ações de bancos menores nas bolsas, enquanto o FED e o BCE repensam a política monetária após o colapso do Silicon Valley Bank e a quebra do Signature. Joe Biden corre para salvar o sistema e é criticado. É o fantasma da crise de 2008 que sussurra: o mercado financeiro precisa de normas que impeçam lambanças

O pesadelo neoliberal assombra a maior economia do mundo. O cheiro é familiar. Uma instituição financeira não muito conhecida entra em crise. As autoridades em Washington pedem calma, enquanto os bancos centrais se mobilizam e os investidores despejam ações, provocando queda das bolsas. Outros títulos sobem e o ouro também.

O cheiro de podre se prolifera. O cheiro é familiar porque o mundo assistiu a isso há apenas 13 anos: uma crise financeira. Ainda não se sabe o quão profunda é a atual crise e o quanto este episódio, marcado sobretudo pelo colapso do Silicon Valley Bank, afeta a economia real, mas os efeitos já são palpáveis nos mercados, nas expectativas de subidas das taxas de juro e mesmo no discurso político. A desconfiança já atingiu o Credit Suisse, resgatado com US\$ 54 bilhões na quarta-feira, 15, pelo Banco Central da Suíça. O risco é da crise atingir o planeta.

Em um final de semana, o mundo assistiu as maiores falências de bancos desde a crise financeira de 2008 e a segunda e terceira maiores falências de bancos na história dos Estados Unidos. Na prática, a mão amiga do Estado foi acionada para resgatar o mercado – aquele touro indomável que promete há décadas tornar o mundo um lugar melhor.

O efeito político já pode ser sentido no Congresso dos EUA. Os democratas voltam a discutir no Capitólio que o sistema financeiro dos Estados Unidos precisa de regulação. Foi a falta de regras, afrouxadas nos últimos anos durante o governo Trump, que colocaram o mercado financeiro de novo no olho de um furacão. Pior. Vários democratas se juntaram aos republicanos no Congresso para enfraquecer leis, incluindo Dodd-Frank, a histórica reforma aprovada após a crise.

Agora, o fato constrangedor é constatar que executivos dos dois bancos que entraram em colapso – o Silicon Valley Bank e Signature Bank – estavam entre aqueles que fizeram lobby com sucesso para enfraquecer as regras que poderiam ter evitado seu colapso na última semana. Pior é saber que deputados democratas foram para o outro lado do balcão.

O ex-congressista Barney Frank, que ingressou no conselho do Signature Bank depois de deixar o Congresso, fez lobby para enfraquecer a Lei Dodd-Frank, do qual é co-autor. Nos últimos sete anos, Frank recebeu pelo menos US\$ 2,4 milhões em dinheiro e ações do Signature Bank antes do colapso do banco.

Os ecos de 2008 ressoam nas mensagens que se seguiram à crise do Silicon Valley Bank. Há apenas 15 anos dizia-se também que o Bear Stearns era um caso

isolado e que o risco de contágio era limitado, antes que a falência do Lehman Brothers desse o sinal oficial de partida para a Grande Recessão. A história vai se repetir ou desta vez é diferente?

O cenário central continua sendo de impacto limitado, mas em crises financeiras, como corridas aos bancos, há uma espécie de profecia autorrealizável. A quebra do mercado de ações dos bancos regionais dos EUA na segunda-feira, 13, deixa a todos de cabelos em pé.

Na terça-feira, 14, o *New York Times* lembrava da promessa feita por Barack Obama em 21 de julho de 2010, quando assinou o pacote normativo Dodd-Frank para regulamentar os bancos após o colapso de 2008 – a maior quebra desde o crash de 1929, expondo que o capitalismo sem freios tem um custo para todos. Ali, Obama declarou: “Não haverá mais resgates financiados por impostos. Ponto”. Biden estava ali, ao lado de Obama, batendo palmas para a promessa.

Na segunda-feira, 13, foi Biden quem reiterou a mensagem: “Este é um ponto importante: nenhum prejuízo será arcado pelos contribuintes”, prometeu o presidente dos Estados Unidos. “Deixe-me repetir: nenhuma perda será suportada pelos contribuintes”. Biden não conseguiu pronunciar sequer a palavra “salvamento”. Mas foi isso que Washington fez.

O Fundo de Garantia de Depósitos (FDIC), o Federal Reserve e o Departamento do Tesouro garantiram os depósitos dos clientes do SVB, que somam cerca de US\$ 175 bilhões de dólares, e os do Signature Bank, também quebrado, que rende outros US\$ 100 bilhões.

Apesar do risco moral de cobrir todos os depósitos – e não apenas aqueles de menos de US\$ 250 mil, como é a norma, as autoridades estão cientes de que não garanti-los teria causado um contágio imediato, arrastando para baixo outras entidades financeiras regionais e gerando uma grande crise de confiança no sistema bancário do país. O SVB é o 16º banco em tamanho dos Estados Unidos.

“Os americanos podem ter certeza de que nosso sistema bancário é seguro. Seus depósitos estão seguros”, garantiu Biden. As autoridades farão “o que for preciso”, acrescentou, usando palavras semelhantes às usadas pelo presidente do Banco Central Europeu, Mario Draghi, para defender o euro. Biden repetiu que não haverá prejuízos para os contribuintes, mas que a limpeza será financiada com as taxas que as entidades pagam ao FDIC.

Essa é a diferença em relação aos resgates ao estilo de 2008, pagos com dinheiro público. A outra é que, embora os depositantes sejam ajudados, não haverá resgate para investidores de bancos falidos, sejam eles acionistas ou detentores de títulos: “Eles assumiram um risco conscientemente e perderam seu dinheiro. É assim que o capitalismo funciona”, insistiu Biden.

Não apenas os acionistas e detentores de títulos do SVB perderam seu dinheiro. Na semana anterior, o Silvergate, um pequeno banco vinculado à criptomoeda, e o Signature Bank, uma entidade de Nova York também próxima

Win McNamee/Getty Images



REGRAS Obama assina o pacote legal Dodd-Frank, em 2010, para regular o setor financeiro e impedir novos abusos de instituições como na crise de 2008

ao mundo criptográfico arrastado para baixo no fim de semana, também caíram. As autoridades podem ter impedido a fuga de depósitos, mas não impediram a fuga de investidores.

O mercado agora aposta quem será a próxima vítima. Os primeiros candidatos são os que mais se assemelham ao SVB, bancos regionais, principalmente na Califórnia, onde a crise do SVB também é reflexo de uma mudança de ciclo um tanto mais ampla

para as empresas de tecnologia. As ações do 14º maior banco dos EUA, o First Republic Bank, com sede em São Francisco, caíram mais de 60% na segunda-feira. Mesmo diante da alegação de que tinha liquidez abundante.

As ações de outros bancos regionais como Western Alliance (Arizona), PacWest (Califórnia) e Zions (Utah) caíram entre 25% e 50%. Charles Schwab, com cerca de US\$ 350 bilhões em depósitos, caiu mais de 11%. Em todo o mundo, os bancos, especialmente os considerados mais fracos, também sofreram punições dos investidores.

Os relatórios da crise vêm de todos os cantos financeiros do planeta, de um fundo de pensão sueco a uma empresa de tecnologia australiana ou uma empresa de investimentos japonesa.

O Silicon Valley Bank era uma entidade peculiar. Fundado em 1983 e sediado em Santa Clara, Califórnia, no coração do Vale do Silício, cresceu e se tornou o 16º maior banco dos Estados Unidos em ativos. Fazendo jus ao nome, desempenhou importante papel no setor de tecnologia. Era um banco de referência para as startups, as novas empresas emergentes a quem as entidades tradi-

O PRESIDENTE BARACK OBAMA, EM 21 DE JULHO DE 2010, AO ASSINAR A LEI DODD-FRANK: “NÃO HAVERÁ MAIS RESGATES FINANCIADOS POR IMPOSTOS. PONTO”



Associated Press

DÉJA VU Biden anuncia o resgate dos bancos Silicon Valley e Signature, na segunda-feira, com a promessa de que os contribuintes não sairão no prejuízo

cionais relutavam em emprestar dinheiro. O paradoxo é que não foi o risco assumido no setor de tecnologia que afundou o banco, muito pelo contrário.

O negócio de um banco é receber depósitos de quem tem dinheiro para emprestar a quem precisa, mas as empresas tecnológicas nadavam em liquidez abundante em 2021 e início de 2022. Juros baixos, rodadas de financiamento, IPOs, aumentos de capital e outros canais de financiamento fizeram com que as *startups* não pedissem tantos empréstimos ao SVB, mas depositassem valores multimilionários no banco. A instituição decidiu investir os depósitos de curto prazo pelos quais não pagava juros em títulos seguros de renda fixa de longo prazo com alguma remuneração.

Parecia um acordo redondo, mas as taxas de juros começaram a subir. Normalmente, para um banco, esse aumento de juros é bom. A maior parte dos empréstimos às empresas são a taxa variável e a subida das taxas aumenta os rendimentos do banco, que, entretanto, pode demorar a aumentar a remuneração dos depósitos. No caso do SVB, em vez de empréstimos corporativos de curto prazo e taxa variável, havia

títulos do Tesouro dos EUA de longo prazo e outros títulos de renda fixa. O preço ou valor dos títulos se move na direção oposta às taxas de juros. Se as taxas sobem, os títulos valem menos. Em princípio, são apenas perdas latentes, no papel, enquanto o banco manteve os títulos em carteira, mas se os vender, eles se materializam.

Paralelamente, a alta das taxas exauriu as fontes de financiamento das empresas de tecnologia,

**BIDEN: “NENHUM
PREJUÍZO SERÁ
ARCADO PELOS
CONTRIBUINTES
DEIXE-ME REPETIR:
NENHUMA
PERDA SERÁ
SUPPORTADA PELOS
CONTRIBUINTES”**

que passaram a sacar dinheiro do banco. Para reembolsar os depósitos, o SVB teve de vender obrigações e essas perdas fictícias foram convertidas em perdas reais. Isso, ademais, deteriorou seus indicadores.

A péssima gestão e comunicação desta situação na quarta-feira passada, 8, e uma operação falha de aumento de capital geraram desconfiança, pelo que mais depositantes quiseram recuperar o seu dinheiro, alimentando um círculo vicioso de fuga de depósitos a que nenhuma entidade resiste. A debandada financeira derrubou, assim, um banco que decidiu investir em ativos seguros.

Os problemas se espalharam para o Signature Bank. Ambas as entidades tinham em comum o crescimento muito forte em depósitos, a maioria dos quais não segurados. E enquanto o SVB tinha *startups* como clientes, o Signature recebia depósitos de empresas de criptomoedas.

Para afastar o espectro de uma crise financeira mais grave, as autoridades não só garantiram os depósitos, como o Federal Reserve – o Banco Central dos EUA – criou um novo mecanismo de liquidez para as entidades que possam ser afetadas por levantamentos de depósitos por parte dos seus clientes.

Eles poderão solicitar recursos ao banco central usando como garantia seus títulos de dívida pública pelo valor nominal e, portanto, não terão que vendê-los com prejuízo. A ideia deste tipo de mecanismo é que sejam preventivos ou dissuasivos: ou seja, que a sua mera existência impeça a fuga de depósitos e torne desnecessária a sua utilização.

O medo do contágio está no mercado, como explicaram analistas do Citi no último fim de semana: “Antes do SVB, já estávamos em um ambiente frágil com preocupações no mercado de



Reprodução

DO OUTRO LADO O ex-deputado Barney Frank (D), da Lei Dodd-Frank, deixou o Congresso e virou conselheiro do Signature, antes de quebrar

bancos sobre pressões de financiamento, grandes perdas não realizadas em títulos e possíveis preocupações com a qualidade do crédito em áreas como imóveis comerciais”, disse uma fonte, de acordo com o *El País*. “Então, o fracasso do SVB apenas alimenta a narrativa”.

Embora acredite-se que a natureza do modelo de negócios do SVB seja única, há uma preocupação com o risco de contágio neste ambiente frágil para bancos menores, especialmente aqueles com grandes bases de depósitos não segurados, e é por isso que uma resolução é importante para restaurar a confiança. Um analista do mercado financeiro confessou ao jornal espanhol: “É mais uma questão psicológica, já que os modelos de negócios bancários dependem da confiança e, como mostra a história do SVB, uma vez que a confiança desaparece, isso pode ser muito problemático”, explica.

O FDIC tentou, sem sucesso, no domingo, encontrar um comprador para o Silicon Valley Bank, uma solução que teria sido mais limpa e cirúrgica do que um seguro de depósito geral. Os esforços para vender o banco caído a outra entidade que responda pe-

los depósitos continuaram na segunda-feira sem se concretizarem e abriu-se a opção de cisão.

Os especialistas da Oxford Economics também apoiam a tese do risco limitado: “O colapso do SVB foi causado por fatores específicos que sugerem que não é necessariamente uma indicação de riscos mais amplos para a estabilidade financeira, mas é claro que os riscos estão aumentando. A base de clientes do SVB

**AGORA, FREIO
DE ARRUMAÇÃO.
JEREMY H. POWELL
DIZ QUE A QUEBRA
DO SVB EXIGE
UMA REVISÃO
COMPLETA,
TRANSPARENTE E
RÁPIDA DO FED**

era dominada por investidores de capital de risco e startups”, aponta uma fonte.

“E estava excepcionalmente mal preparado para sobreviver aos aumentos agressivos de juros do Federal Reserve. Tinham uma proporção particularmente grande dos seus ativos líquidos em títulos de longo prazo”, disse. “Depois de sofrer pesadas perdas em sua carteira de investimentos devido ao aumento das taxas, a falta de diversidade entre sua base de clientes levou a um êxodo de rebanho, exacerbando a corrida aos bancos”.

Embora o caso do SVB seja extremo, não é único. Martin Gruenberg, presidente Fundo de Garantia de Depósito, o FDIC – a agência federal dos Estados Unidos da América cuja principal função é a de garantia de depósitos bancários – alertou em uma conferência em Washington no Institute of International Bankers que “o atual ambiente de taxas de juros teve efeitos dramáticos na lucratividade e no perfil de risco das estratégias de investimento”.

Com o aumento das taxas de juros, os ativos com prazos mais longos comprados pelos bancos quando as taxas eram mais baixas agora valem menos do que o valor de face. “O total dessas perdas não realizadas, incluindo títulos disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, totalizou cerca de US\$ 620 bilhões no final de 2022”, explica Gruenberg.

Embora o presidente do FDIC argumente que os bancos geralmente estão em uma posição forte – muito longe dos problemas de solvência de 2008 –, parte de sua intervenção foi presciente: “As perdas não realizadas enfraquecem a capacidade futura de um banco de atender às necessidades de liquidez inesperada. Isso ocorre porque os títulos

gerarão menos caixa quando vendidos do que o inicialmente previsto e porque a venda normalmente resulta em uma redução no capital regulatório”.

Na crise financeira de 2008, mais de 450 bancos faliram em quatro anos, desde bancos muito pequenos até grandes empresas como Lehman Brothers e Washington Mutual.

Para combater a inflação, o Federal Reserve empreendeu os aumentos de juros mais agressivos em quatro décadas. Há um ditado em Wall Street que diz que o Fed aumenta as taxas até quebrar alguma coisa. E parece que ele já quebrou.

Por esta razão, os analistas que acreditavam que haveria um aumento de 0,5 ponto na reunião da próxima semana agora estão inclinados a pensar que será de 0,25 ou que não haverá aumento. O Goldman Sachs espera uma pausa “à luz das recentes tensões no sistema bancário”. Os ciclos anteriores de aumento das taxas oficiais levaram à crise das hipotecas lixo (2007), ao colapso do fundo LGTM (1998) ou à desvalorização do peso mexicano (1994).

Os mercados reagiram na segunda-feira, 13, com fortes movimentos nos títulos de renda fixa que refletem a mudança de cenário e até antecipam cortes de juros antes do esperado. As taxas dos títulos do governo de dois anos, por exemplo, caíram agora mais do que em 40 anos. Curiosamente, isso revaloriza os títulos e reduz as perdas latentes nas carteiras dos bancos.

Voltando à crise financeira anterior, o aumento das taxas pelo Banco Central Europeu em julho de 2008 ainda é lembrado como o maior erro do mandato de Jean-Claude Trichet. Agora, não está claro até que ponto uma hipotética quebra no aperto da política monetária se espalharia

Elizabeth Frantz/Reuters



PROFÉTICA A senadora Elizabeth Warren (D) previu em 2018, durante o governo Trump, que a desregulação acabaria resultando em desastre

também para a Europa.

Tanto o boom das criptomoedas quanto do capital de risco, especialmente no setor de tecnologia, foram alimentados pelo dinheiro ultrabarato disponível desde a crise financeira anterior. Agora, esses mesmos setores são vítimas do aumento das taxas.

A queda do SVB também abriu o debate sobre os aparentes erros de supervisão que per-

mitiram que a situação se deteriorasse até a irreversibilidade. O FED anunciou na segunda-feira uma revisão da supervisão e regulação do Silicon Valley Bank, face à sua falência, cujo resultado será publicado antes de 1º de maio. “Os desenvolvimentos em torno do Silicon Valley Bank exigem uma revisão completa, transparente e rápida do Federal Reserve”, disse seu presidente, Jerome H. Powell, em um comunicado.

“Precisamos ser humildes e realizar uma revisão cuidadosa e completa de como supervisionamos e regulamos esta empresa e o que precisamos aprender com essa experiência”, acrescentou o vice-presidente de supervisão Michael S. Barr.

O próprio Biden se referiu a possíveis deficiências regulatórias na intervenção, na qual destacou que todos os clientes do SVB e do Signature Bank podem ficar tranquilos porque seus depósitos estão protegidos. “Devemos obter uma explicação completa do que aconteceu e responsabilizar os responsáveis”, disse.

Biden introduziu a queda dos dois bancos no debate político ao garantir que algumas exigências rígidas que haviam sido impostas às entidades durante a

ELIZABETH WARREN, EM 2018, COM TRUMP: “SE OS BANCOS CONSEGUIREM O QUE QUEREM, NOS PRÓXIMOS 10 ANOS HAVERÁ OUTRA CRISE FINANCEIRA”

presidência de Obama fossem abolidas na era Trump. O democrata destacou que o resgate não custará dinheiro aos contribuintes, que os gerentes serão demitidos, que os acionistas e detentores de títulos perderão seu dinheiro e que ele pedirá que a regulamentação financeira seja mais rígida.

No conselho do Federal Reserve de São Francisco, encarregado de supervisionar o Silicon Valley Bank, estava o ex-CEO da entidade. No conselho do falido Signature Bank estava Barney Frank, que deu seu nome à restritiva lei Dodd-Frank de 2010. O congressista posteriormente apoiou o relaxamento dos requisitos regulatórios. Uma mudança legal aprovada em 2018 liberou o Signature Bank de uma supervisão mais rígida. Frank ainda está listado no site do banco como diretor. Claro, o banco não existe mais como tal.

Curiosamente, em 2018, a senadora democrata Elizabeth Warren alertou para os riscos de remover regras mais duras para o sistema financeiro, como fez Donald Trump. “Vou fazer uma previsão. Esse projeto de lei vai passar. E se os bancos conseguirem o que querem, nos próximos 10 anos haverá outra crise financeira. É claro que, quando o crash chegar, os grandes bancos levantarão as mãos e dirão que não é culpa deles, ninguém poderia ter previsto isso. E então eles vão correr para o Congresso e implorar por dinheiro de resgate”, disse no plenário do Senado. “E, vamos ser francos, eles provavelmente vão conseguir. Mas, assim como em 2008, não haverá resgate para as famílias trabalhadoras. Empregos serão perdidos. Vidas serão destruídas. O povo americano, não os bancos, mais uma vez arcará com o fardo”. •



WALL STREET NÃO SE EMENDA

O colapso espetacular do Silicon Valley Bank foi causado por corrupção, imprudência financeira e decisões imprudentes. Com o salvamento ecoando os ansiosos resgates de 2008 para os ricos, levanta-se a questão: por quanto tempo os americanos vão tolerar isso?

Branko Marcetic | Jacobin

De vez em quando, um desenvolvimento incorpora perfeitamente tudo o que há de errado com uma época. O colapso do Silicon Valley Bank é um desses desenvolvimentos, o culminar de muitos anos de imprudência financeira, direitos corporativos e tomada de decisão política corrompida.

Décimo sexto maior banco dos Estados Unidos em ativos até poucos dias atrás, a implosão do SVB é a segunda pior falência bancária da história dos Estados Unidos e a pior desde que os dominós da crise financeira global começaram a cair em 2008. Fundado em 1983, o banco foi a instituição financeira para o excesso de start-ups do Vale do Silício que se espalharam como uma erupção cutânea na era do dinheiro barato, que foi um dos fatores de sua queda.

Quando os tempos eram bons para o capital de risco, também eram bons para o SVB, que atendia a quase metade de todas as empresas de capital de risco dos EUA. Os tempos foram particularmente bons na última década, quando o Federal Reserve inaugurou uma era de taxas de juros mínimas após a Grande Recessão. O crescimento lento e o alto desemprego eram as principais preocupações da elite polí-

tica e econômica; taxas de juros baixas, segundo o pensamento, significariam um custo menor de empréstimos, levando a mais investimentos e mais criação de empregos.

As coisas congelaram após a pandemia de coronavírus, quando a inflação ultrapassou o desemprego como a preocupação política e econômica do dia. O Federal Reserve começou a aumentar rapidamente as taxas de juros, em 450 pontos-base apenas no ano passado. Desta vez, o pensamento era que, ao restringir o investimento e aumentar as despesas tanto para as empresas quanto para as pessoas comuns,

**O SILICON VALLEY
BANK PRESSIONOU
O GOVERNO E
GASTOU US\$ 500
MIL DÓLARES EM
LOBBY ATÉ QUE
O CONGRESSO
MUDASSE A
LEGISLAÇÃO**

o Fed colocaria um freio no crescimento dos salários e nos gastos do consumidor e controlaria a inflação – embora o presidente do Fed, Jerome Powell, admitisse que essa estratégia não afetaria preços de alimentos e combustíveis, duas das áreas onde o americano médio mais sente os efeitos da inflação.

Isso também teve o efeito secundário de fechar a torneira do fluxo incessante de capital de risco que mantinha as startups, mesmo as que perdiam dinheiro, acima da água, ajudando a desencadear uma grande desaceleração na tecnologia, entre outras coisas. Os tempos difíceis para o setor tiveram um efeito indireto sobre o SVB, que de repente enfrentou uma crise de seus correntistas apoiados por capital de risco.

Mas o subproduto mais perigoso dos aumentos de juros do Fed para o SVB foi o fato de ter investido pesadamente em títulos do governo – cujos preços tendem a cair quando as taxas de juros sobem e vice-versa – em parte porque não tinha muito mais a ver com o dinheiro que seus clientes estavam guardando. De acordo com Adam Tooze, o SVB estava sofrendo um impacto de pelo menos US\$ 1 bilhão para cada vinte e cinco pontos-base que o Fed aumentava as taxas, embora não investisse em hedges de taxa de juros, deixando-o particularmente exposto à



O PAPEL DE TRUMP O ex-presidente Donald Trump promove em 2018 a reversão da lei de reforma financeira Dodd-Frank, por pressão do mercado financeiro, inclusive do Silicon Valley Bank, que quebrou na última semana

jogada de Powell de combate à inflação.

O que finalmente condenou o SVB foi que as perdas resultantes provocaram pânico entre os depositantes. Isso ocorreu em grande parte graças ao Founders Fund, empresa de capital de risco do bilionário de extrema-direita Peter Thiel, que, depois de descobrir que seus investidores estavam tendo problemas para transferir dinheiro para suas contas no SVB, ordenou que eles os enviassem para outros bancos e retirou todos os seus fundos. O banco começou a derreter no final da semana passada. Na mesma época, um boletim popular no mundo do mercado financeiro alertava sobre os problemas financeiros do SVB, enquanto um depositante descrevia o medo entre um grupo de bate-papo de mais de 200 executivos de tecnologia, que logo correram para

sacar seu dinheiro. Esse comportamento levou a uma corrida bancária clássica, onde todos com fundos no banco lutam para sacar seu dinheiro ao mesmo tempo, quebrando-o.

Tudo isso foi possibilitado pela combinação usual de poder corporativo e corrupção em Washington. Foi Donald Trump e a reversão de 2018 pelo Congresso da lei de reforma financeira Dodd-Frank que, a pedido pessoal do presidente do SVB três

anos antes, abriu a porta para esse tipo de colapso, isentando bancos do tamanho do SVB de mandatos de liquidez e testes de estresse mais frequentes dos reguladores. Não que o SVB estava simplesmente pedindo com educação: o banco gastou mais de meio milhão de dólares em lobby nesses três anos, empregando como lobistas ex-funcionários do então líder da maioria na Câmara (e agora presidente) Kevin McCarthy, que apoiou com entusiasmo a reversão.

Claro, a culpa não era apenas dos republicanos. Dezesete democratas apoiaram a legislação, e até o deputado Barney Frank – o “Frank” em Dodd-Frank – que insistiu que não tornaria mais provável uma futura crise financeira e cujo conselho foi citado por Democratas capturados por Wall Street no plenário do Senado e em outros lugares enquanto

US\$ 250 MIL

é o valor-limite dos depósitos que o governo dos EUA garante por meio do FDIC. Nada menos do que 85% dos depósitos do SVB não tinham seguro

se preparavam para destruir os regulamentos financeiros duramente disputados.

Pior do que a maneira como o conselho de Frank envelheceu é o fato de que, na época, ele fazia parte do conselho do Signature Bank. Essa instituição não apenas se beneficiou de Frank dando um sinal de positivo ao Congresso enfraquecendo sua própria conquista legislativa, mas acaba de ser fechada pelos reguladores depois de se tornar a terceira maior falência de banco na história dos EUA nas mãos de sua própria corrida bancária, para evitar um contágio mais amplo do sistema financeiro – exatamente o que Frank insistia que não aconteceria.

Enquanto isso, os super-heróis individualistas do Vale do Silício e de Wall Street se transformaram da noite para o dia em protegidos do Estado, exigindo que o governo venha em socorro de investidores ricos que estão perdendo. O governo federal garante apenas depósitos de até US\$ 250 mil, o que significa que mais de 85% dos depósitos do SVB não tinham seguro.

Sem surpresa, Summers e sua turma venceram. Apesar de prometer não resgatar o SVB e o Signature, o Tesouro, o Fed e o Fundo de Garantia de Depósitos (FDIC) invocaram uma “exceção de risco sistêmico” para anunciar que todos os depositantes, mesmo aqueles acima do limite de US\$ 250 mil, “terão acesso a todo o seu dinheiro” a partir de hoje, e que iniciaria um programa de empréstimos de emergência para os bancos garantirem tanto.

Alguns estão fazendo uma distinção aqui dos infames e odiados resgates de 2008, porque desta vez, os bancos não estão sendo resgatados e os contribuintes não estão pagando a conta – os fundos usados para cobrir os depositantes são compostos de taxas cobradas

sobre bancos. Mas, no final das contas, o governo está intervindo para garantir que investidores e executivos ricos não percam um centavo com esse desastre, apesar do fato de saberem muito bem que seus depósitos não estavam garantidos. Até o *Wall Street Journal* chama isso de “salvamento de fato”.

Existe a óbvia injustiça influenciada pela riqueza inerente a tudo isso. Mais uma vez, os grandes são rapidamente encharcados com uma mangueira de dinheiro

MAIS UMA VEZ OS RICOS SÃO RAPIDAMENTE ATENDIDOS POR WASHINGTON, ENQUANTO OS TRABALHADORES SOFREM OS EFEITOS DO ARROCHO

quando se metem em problemas depois de não realizarem a devida diligência básica. Enquanto isso, os trabalhadores recebem palestras sobre responsabilidade pessoal e são forçados a se esforçar para se livrar de dívidas esmagadoras, para proteções econômicas básicas no meio de uma catástrofe econômica e para obter cheques únicos de estímulo que mal cobrem o aluguel de um mês em muitas cidades.

Há também a questão de que tipo de irresponsabilidade futu-

ra isso encorajará. Afinal, os investidores acabaram de ver (de novo) em primeira mão que o governo federal intervirá para resgatá-los, mesmo que seus depósitos não estejam garantidos – não importa o quão irresponsável seja a instituição financeira em que eles estavam depositando seu dinheiro, desde que haja um cheiro de potencial instabilidade financeira mais ampla ao virar da esquina.

Também podemos perguntar que outro caos econômico pode ser desencadeado pela determinação do Fed de combater a inflação por meio do aumento das taxas de juros. O SVB é apenas uma das muitas entidades possíveis que podem entrar em instabilidade à medida que o banco central avança com um plano que os especialistas alertam que desencadeará uma recessão, como o colapso da cripto moeda já nos mostrou.

Por trás de tudo, há uma pergunta: por quanto tempo as pessoas vão tolerar um sistema como esse? Um onde grandes quantidades de riqueza são mal direcionadas para fins improdutivo no meio de crises históricas mundiais, então desperdiçadas em imprudência especulativa que quase derruba toda a estrutura, apenas para aqueles com dinheiro para saltar de pára-quedas para a segurança, enquanto todos os demais permanecem condenados à austeridade.

Os resgates bancários originais desencadearam uma cascata de raiva popular que moldou irrevogavelmente o cenário da política do século 21, desde o Occupy Wall Street e as campanhas de Bernie Sanders até o movimento Tea Party e a presidência de Trump. Como será se eles continuarem acontecendo?

Branko Marcetic é redator da *Jacobin* e autor de *Yesterday's Man: The Case Against Joe Biden*.



QUEDA DA SELIC: CHEGOU A HORA

Haddad diz que o Brasil tem a oportunidade agora de reverter o ciclo da alta de juros e reduzir a Selic, justamente no momento da turbulência internacional por conta da crise financeira nos EUA

A crise financeira provocada pela quebra de dois bancos nos Estados Unidos, o Silicon Valley Bank e o Signature, resgatados pelo Federal Reserve e o Tesouro americano, pode ser a oportunidade que o Banco Central tem para reverter a taxa de juros no Brasil. O próprio Fed deve tirar o pé do acelerador por conta da crise e “congelar” ou diminuir o ritmo da alta dos juros praticados nos EUA.

A avaliação é do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na última segunda-feira, ele disse que o Brasil tem “gordura”, ao contrário do mundo, para viabilizar o corte da Selic. O ministro considera que

há pouco espaço para a manutenção do aumento de taxa de juros no mundo diante do cenário de turbulência. Os juros reais no Brasil são os mais altos do mundo: 8%.

“Diria que tem uma gordura no Brasil que permite a nós, tomando as providências que estão sendo tomadas [pela equipe econômica] e vêm sendo reconhecidas pelo Banco Central nas atas que divulga, penso que temos espaço [para corte de juros] que o mundo não tem”, disse.

Num evento promovido pelo Grupo Globo, em São Paulo, o ministro chamou atenção para o limite prudencial de elevação dos juros no cenário internacional sob risco de os países desorganizem suas economias. Isso geraria mais

dificuldade para buscar o centro das metas de inflação no curto prazo. Haddad destacou a robustez do sistema financeiro nacional.

“Temos espaço para, mesmo em uma situação de turbulência internacional, se a gente harmonizar políticas fiscal e monetária, conseguimos ancorar e navegar em mares internacionais revoltos porque nossa condição permite isso. Vamos ver o tamanho do estrago fora, mas penso que estamos preparados para qualquer cenário”, declarou.

O alto patamar de juros no Brasil – a taxa básica está em 13,75% ao ano – tem sido alvo recorrente de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de membros do governo diante de um cenário

de desaceleração da economia.

A próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central será nesta terça-feira, 21. E cresce a pressão da sociedade civil organizada para que o BC baixe a Selic. Na última segunda-feira, 13, houve um ato no Rio de Janeiro em defesa da redução dos juros no Clube de Engenharia. O ato contou com as presenças de representantes do PT, PSOL e PCdoB. A presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann, denunciou que os juros atuais impedem o crescimento do país. "Roberto Campos Neto tinha de ter decência, vergonha na cara, pegar o boné dele e ir embora, e deixar a presidência do Banco Central", afirmou. Ela disse que o ato é o início de "uma cruzada por crescimento e emprego".

"O embate com o Campos Neto é político, não é econômico", disse. "Ele representa um projeto que não foi eleito nas urnas. Ele não podia estar onde ele está". O deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu que o presidente do Banco Central tenha mandato coincidente com o do presidente da República. Ele criticou Campos Neto, apontando-o como baluarte dos interesses do sistema financeiro. "É uma armadilha, estão querendo amarrar o presidente Lula", advertiu Lindbergh. "Eles querem jogar o Brasil numa recessão econômica".

Na terça-feira, 14, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou o convite a Campos Neto a prestar esclarecimentos sobre a política monetária. Ele irá à CAE em 4 de abril. Ele deverá ainda explicar o que levou o BC a cometer um erro na série de estatística do câmbio, no período de outubro de 2021 a dezembro de 2022, que totalizam US\$ 14,5 bilhões. Além do presidente do BC, também vão debater com os parlamentares o ministro Fernando Haddad e a ministra do Planejamento, Simone Tebet. •

Fernando Frazão/ABR



BANDEIRA O ministro Carlos Lupi comemorou a queda da taxa de juros

REDUÇÃO NOS JUROS DO CONSIGNADO

Governo define em 1,7% a taxa máxima a ser cobrada em empréstimo a aposentados. Até agora eram 2,14%

Boa notícia aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Está mais barato tomar um empréstimo consignado. Na segunda-feira, 13, o Conselho Nacional da Previdência Social aprovou redução de 0,44 ponto percentual no teto dos juros cobrados nessa modalidade de empréstimo. Com a mudança, o juro máximo que os bancos poderão cobrar pelo consignado a aposentados e pensionistas caiu de 2,14% para 1,70% ao mês.

Houve redução também dos juros cobrados para o cartão de crédito consignado dos beneficiários. Neste caso, o teto caiu de 3,06% para 2,62% ao mês. As novas regras já estão em vigor.

A redução do teto dos juros para os novos contratos foi uma proposta feita pelo governo Lula. O ministro da Previdência, Carlos Lupi, que preside o CNPS, ressaltou que "baixar os juros é a bandeira do nosso governo e, no que depender do Ministério da Previdência, estaremos sempre prontos para ajudar".

Deputado federal e coordena-

dor do grupo de trabalho instituído na Câmara para acelerar o texto da reforma tributária, Reginaldo Lopes (PT-MG) reforça que uma das preocupações do governo Lula é reduzir não só os juros definidos pelo Banco Central, mas todas as taxas cobradas da população.

"É lamentável que, para além das taxas de juros praticadas hoje pelo Banco Central, são mais altas as alíquotas cobradas para o crédito a varejo, mesmo no formato de consignado, que tem liquidez garantida", disse. "É um crime o que nós cobramos no Brasil, não só no consignado, mas também no capital, no empréstimo a varejo, como cartão de crédito".

O deputado disse que é preciso ampliar o debate e não permitir mais que "a ciranda financeira" venha comprometer a liquidez e a renda do povo, em especial dos mais pobres. "Precisamos lutar muito para melhorar cada vez mais, e avançar em legislações fortes e em políticas mais estruturantes para reduzir as altas taxas de juros no Brasil", aponta. •

Agência PT



Ricardo Stuckert

REUNIÃO O presidente Lula visitou pela segunda vez Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde reiterou aos líderes a intenção de demarcar as terras indígenas e retirar os garimpeiros. A reserva foi homologada no seu primeiro governo

COMPROMISSO DE VERDADE

Lula vai à Raposa Serra do Sol e promete retirar garimpeiros das áreas indígenas. Presidente afirma que é preciso demarcar terras antes que invasores 'se apoderem'. Foi a segunda visita dele à área, homologada em 2005, no seu primeiro mandato

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou à Raposa Serra do Sol pela segunda vez para se reunir com líderes indígenas. A primeira vez foi em 2010. Ele reiterou seu compromisso com os povos originários de que no seu governo serão retomadas as demarcações das terras indígenas. Lula participou da 52ª Assembleia Geral dos Povos Indígenas de Roraima.

"Eu tenho pedido, tanto para a Fundação Nacional do Índio (Funai) quanto ao Ministério dos Po-

vos Indígenas, para me apresentar todas as terras que estão prontas para serem demarcadas, porque a gente precisa demarcá-las logo, antes que as pessoas se apoderem delas. Antes que as pessoas inventem documentos falsos, escrituras falsas e digam que são donas da terra", afirmou Lula, recebido por líderes como Davi Kopenawa, do povo ianomami.

O presidente também disse que o governo vai retirar garimpeiros das áreas indígenas e destinar recursos para a produção agrícola promovida pelos povos tradicionais. "Vamos tirar defi-

nitivamente os garimpeiros das terras indígenas", disse. "Precisamos rapidamente tentar legalizar todas as terras que estão já quase que prontos os estudos para que os indígenas possam ocupar o territórios que é deles".

Raposa Serra do Sol foi homologada por Lula em 2005, depois de 30 anos de batalhas na Justiça. Foi o principal marco do governo Lula no campo indigenista no primeiro mandato e sofreu forte reação de parte de produtores de arroz da região. A demarcação era uma reivindicação histórica, foi realizada em 1998 e só homologa-

da com o governo do PT.

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a saída dos produtores rurais da terra indígena, localizada em Roraima. Produtores de arroz haviam provocado invasões e se recusavam a deixar a terra indígena, mesmo depois da reserva ter sido homologada pelo então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o presidente Lula.

Raposa Serra do Sol é uma das maiores terras indígenas do país, com 1.743.089 hectares e algo como 1 000 quilômetros de perímetro. É destinada aos povos indígenas ingaricós, macuxis, patamonas, taurepangues e uapixanas, mas é constantemente invadida por garimpeiros.

Em 2018, depois de eleito, Jair Bolsonaro chegou a anunciar a revisão do ato de criação da reserva, onde vivem mais de 23 mil indígenas. Durante o seu governo, nenhuma área foi demarcada e ele passou a estimular a exploração ilegal das reservas por invasores.

Lula reagiu ao discurso de que os índios têm terra demais, como repetia Bolsonaro. “Quando dizem que indígenas estão ocupando 14% do território nacional, deveriam lembrar que os índios tiveram 100% do território nacional. São os outros que estão ocupando 86% de uma terra que era 100% dos indígenas brasileiros”, declarou.

Na Assembleia Geral dos Povos Indígenas, Lula anunciou que será feito ainda em 2023 um encontro com presidentes de países com territórios cobertos pela Floresta Amazônica (Equador, Colômbia, Venezuela, Peru e Bolívia) para discutir ações de proteção ao bioma. Ele disse ainda que o governo estuda instalar pequenos postos de saúde em cada aldeia e que pretende assegurar medicamentos sem custo para indígenas. •



Jamil Bittar/Reuters

UMA PROMESSA CUMPRIDA HÁ 18 ANOS

Depois de 835 dias de governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cumpria, em 15 de abril de 2005, sua promessa de campanha, assinando o decreto de homologação da Raposa Serra do Sol em área contínua. Os produtores de arroz teriam de sair do território, o que por si já era uma vitória importante. A área é equivalente ao tamanho que Portugal e Bélgica têm juntos.

“Este é um grande momento do governo, em que nós assinalamos a firme determinação de continuar a demarcar terras indígenas, e principalmente pacificar situações”, destacou o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, (foto) empenhado na regularização da reserva indígena.

Em 10 de junho de 2003, o ministro visitou comunidades na reserva Raposa Serra do Sol, onde foi recebido por líderes indígenas. Ele esteve em Uiramutã, onde se encontrou com o tuxaua Orlando, e depois visitou a comunidade Maturuca, onde se reuniu com líderes macuxis. Bastos chegou a dormir na reserva.

Havia duas opções. A primeira, demarcar a terra em “ilhas”, o que possibilitaria a produção agrícola

na região, como queriam as oligarquias locais, ou manter a integridade do território. A primeira alternativa, acreditava o ministro, poderia resultar em mortes. Seriam inevitáveis os conflitos pela terra, em que as lavouras em expansão cobiriam território indígena.

De volta da viagem à terra indígena, o ministro estava convencido que a homologação deveria ser em área contínua. E começava ali a discussão interna no governo federal até a homologação, em abril de 2005, com o decreto de Lula determinando a demarcação da reserva, uma das mais bonitas do país, assegurando o direito constitucional de cerca de 20 mil indígenas e conciliando diversos interesses públicos.

O decreto presidencial garantia a área de 1.743.089 hectares para os índios e determinava também que ficassem excluídas da Raposa Serra do Sol a área onde está localizado o 6º Pelotão Especial de Fronteira, em Uiramutã, os equipamentos e instalações públicas federais e estaduais existentes, as linhas de transmissão de energia elétrica e os leitos das rodovias públicas federais e estaduais. •

PRONASCI É RELANÇADO

Na quarta-feira, 15, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a retomada do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, em solenidade no Palácio do Planalto. O plano de Lula representa uma guinada na política de segurança pública, depois que Jair Bolsonaro promoveu o armamento da população civil.

Criada em 2007 pelo próprio Lula, a iniciativa revolucionou as estratégias de combate à violência apostando tanto na capacitação de policiais quanto no apoio às comunidades por meio de projetos sociais, culturais e esportivos para a juventude.

“Nunca consegui entender por que o Pronasci acabou. Ele era um projeto de segurança pública que não pensava só na polícia, mas também no papel do Estado”, disse. “No que o Estado pode fazer para a gente precisar menos de polícia, porque quando você necessita de muita polícia é sinal que falta Estado”.

Lula quer atuar com políticas sociais nas zonas mais afetadas pela violência. “Muitas vezes o Estado só está presente na periferia com a polícia, que não está ali para resolver, muitas vezes está ali para reprimir e resolver os problemas da forma mais brutal possível”, denunciou. O programa vai combater a violência contra a mulher no país que registra um feminicídio a cada seis horas.

“O Pronasci é a solução de um problema que tínhamos na cabeça. Segurança é polícia ou segurança é social? Agora, resolvemos essa aparente contradição”, resumiu o ministro da Justiça, Flávio Dino. •



Secom/RN

TROPA Soldados da Força Nacional desembarcam em Natal, enviados pelo governo Lula para reforçar a segurança a pedido de Fátima Bezerra (PT)

LULA REFORÇA SEGURANÇA

Governo federal manda Força Nacional ao Rio Grande do Norte, depois de ataques em municípios do estado. Fátima Bezerra reage e 30 são presos

Cidadãos que vivem no Rio Grande do Norte assistiram, estupefatos, aos ataques promovidos pelo crime organizado em mais de 20 cidades do estado nos últimos dias, o que levou a governadora Fátima Bezerra a recorrer ao governo federal. Soldados da Força Nacional de Segurança foram enviados pelo governo Lula, enquanto prisões foram deflagradas por determinação da governadora Fátima Bezerra (PT).

A onda de violência atingiu Natal e outras cidades, com delinquentes incendiando ônibus e promovendo tiroteios para assustar a população. Escolas e faculdades encerraram suas atividades em consequência da onda de violência, que segundo a Secretaria de Segurança foi determinada por presos ligados ao crime organizado. O transporte público funciona com restrições em todas as cidades e muitos comércios decidiram não abrir devido ao chamado “toque de recolher”.

Pelo menos 28 pessoas foram presas nas últimas horas pelos ataques em 19 cidades do Rio

Grande do Norte. Um dos bandidos morreu após um confronto com a polícia. José Wilson, 29 anos, era foragido da Justiça e estava escondido em João Pessoa.

As autoridades brasileiras o apontam como um dos poucos líderes foragidos do chamado Sindicato do Crime, a facção criminosa que está por trás dos ataques. Outro criminoso foi transferido para um presídio federal de segurança máxima, segundo fontes da Polícia Civil do Rio Grande do Norte.

A governadora pediu a intervenção da Força Nacional para ajudar as polícias regionais no controle das cidades. O envio de 130 integrantes da tropa de elite foi ordenado pelo ministro da Justiça, Flávio Dino. Segundo o Ministério Público, o sindicato é a facção dominante no Rio Grande do Norte, onde controla o tráfico de drogas e a maior parte dos presídios da região.

Investigações preliminares indicam que o caos semeado nos últimos dias naquele estado brasileiro é uma resposta ao recente endurecimento das políticas públicas de combate ao crime. •



JAIR É DESMORALIZADO

TCU manda ex-presidente devolver as joias dadas de presente por ditadura saudita, entregues a ele por militar. Em depoimento, Bento Albuquerque muda de versão

Ovexame protagonizado por Jair Bolsonaro e militares envolvidos no contrabando de joias doadas pela ditadura saudita parece longe de acabar. Na quarta-feira, 15, o Tribunal de Contas da União (TCU) deu prazo de até cinco dias úteis para que o ex-presidente devolva um segundo jogo de joias que recebeu pelas mãos do então ministro das Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque. A caixa de joias da renomada grife suíça Chopard reúne peças em ouro como relógio, caneta e abotoaduras. O conjunto é avaliado em US\$ 100 mil.

A ordem é para que as joias sejam enviadas para a Secretaria Geral da Presidência da República, no

Palácio do Planalto. O tribunal também determinou, por unanimidade, que o conjunto de diamantes de R\$ 16,5 milhões apreendido pela Receita Federal na alfândega de Guarulhos (SP) tenha o mesmo destino, após a conclusão das investigações sobre o caso.

Na terça-feira, 15, o ex-ministro das Minas e Energia prestou depoimento à Polícia Federal e mudou a versão. Inicialmente, declarou que as joias eram presentes para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro. À PF, disse que os pacotes seriam “presentes de Estado”, entregues por um oficial do governo saudita quando se preparava para deixar o país. E que não foram abertos até a chegada da comitiva ao Brasil. Segundo Bento Albuquerque, um nenhum mo-

mento foi informado a ele que as joias seriam destinados ao casal.

Além das joias dadas pelo regime saudita, o TCU requereu o fuzil e pistola recebida por Bolsonaro em 2019, dos Emirados Árabes. Paralelamente, foi determinada uma varredura minuciosa em todos os presentes que o ex-presidente recebeu em seus quatro anos de governo. Aquilo que não for considerado como presente “personalíssimo” terá de ser integrado ao patrimônio da União, e não poderá ficar com Bolsonaro.

A defesa de Bolsonaro sustentou que os presentes dados pelos sauditas seriam bens pessoais e que poderiam ser “incorporados” ao acervo pessoal do presidente. O advogado do ex-presidente, Frederick Wassef, declarou que Bolsonaro, “agindo dentro da lei, declarou oficialmente, os bens de caráter personalíssimo recebidos em viagens, não existindo qualquer irregularidade em suas condutas”.

O entendimento do TCU é outro. O ministro Walton Alencar, relator do processo que definiu as regras sobre o assunto, ainda em 2016, foi claro em suas colocações. “Não há dúvida de que se trata de presente oficial, protocolar, destinado ao governo brasileiro, ou seja, por de trás da primeira-dama ou do presidente da República, está o Estado brasileiro”, comentou. As joias, a exemplo de todos os demais presentes, têm de ser entregues à Presidência, lá catalogadas e integradas ao patrimônio público, sob a guarda da Presidência.

Alencar chegou a multiplicar os salários brutos dos ministros do Supremo Tribunal Federal, que recebem R\$ 39.293,32, para demonstrar a exorbitância do presente. “Fiz uns cálculos. Mesmo que um ministro do STF tenha trabalhado por 50 anos com salário bruto, não seria o suficiente para adquirir as joias”, declarou. •

CRIME CONTRA O POVO BRASILEIRO

Em mais uma demonstração de que a gestão da pandemia foi temerária sob Bolsonaro, Ministério da Saúde revela que jogou no lixo 39 milhões de vacinas contra a Covid. Prejuízo de R\$ 2 bilhões

Enquanto foi presidente, Jair Bolsonaro trabalhou o quanto pôde contra a ciência e as recomendações sanitárias da Organização Mundial da Saúde (OMS) no enfrentamento à pandemia da Covid-19. Sua negligência no governo custou caro ao país, que perdeu mais de 690 mil pessoas para a doença. Agora, seu desprezo pela saúde dos brasileiros e incompetência administrativa ficam demonstrados mais uma vez: sob a gestão de Marcelo Queiroga, o Ministério da Saúde deixou vencer 38,9 milhões de doses de vacinas. Um prejuízo de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos.

O total engloba os lotes já vencidos e incinerados pelo governo Bolsonaro, como os 2 milhões de imunizantes contra o coronavírus, perdidos em 2021, e os 9,9 milhões que venceram no ano passado. Em janeiro, quando assumiu o Ministério da Saúde, Nísia Trindade, nomeada pelo presidente Lula, 27,1 milhões perderam a validade.

“A gente pegou um governo com estoque de vacinas vencidas e para vencer, enquanto aquelas que precisávamos não tinham estoque”, declarou a secretária de Vigilância em Saúde, Ethel Maciel. “Não havia nem contrato [encomendando as doses] no caso das vacinas pediátricas e bivalentes”, lamentou Maciel.

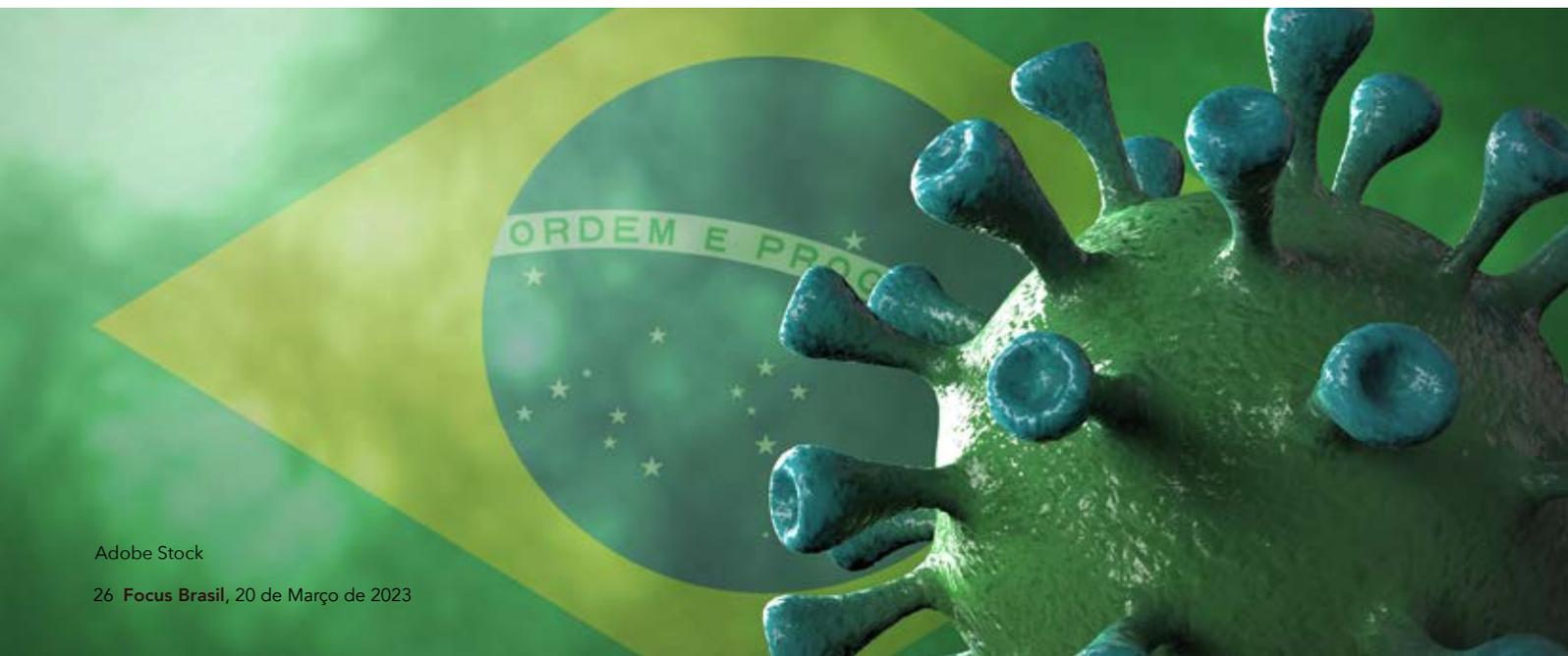
A omissão criminoso do des-governo Bolsonaro foi confirmada pelo Ministério da Saúde, em nota divulgada no dia 15: “A atual gestão do Ministério da Saúde se deparou com um cenário de 27,1 milhões de doses de vacinas contra Covid-19 sem tempo hábil para distribuição e uso”.

“Se não fosse o negacionismo, essas doses não estariam nos estoques. Se tivesse acontecido um esforço, como estamos fazendo agora, com campanhas educativas, alinhamento com gestores municipais e estaduais, essas vacinas não teriam vencido”, criticou Ethel Maciel. Marcelo Queiroga confessou à Folha que os seus “secretários eram os responsáveis pelo controle dos estoques”.

Em junho de 2021, o Tribunal de Contas da União (TCU) alertou o governo sobre o risco de perder 28 milhões de doses. A Saúde já havia deixado vencer um estoque avaliado em R\$ 243 milhões de vacinas, além de testes e outros itens.

A negligência Bolsonaro que, além do prejuízo aos cofres públicos, provocou milhares de mortes que poderiam ser evitadas, é um reflexo da estratégia negacionista do ex-ocupante do Planalto. Desde a chegada da pandemia no Brasil, em fevereiro de 2020, Bolsonaro desdenhou da letalidade da doença, chamando a Covid-19 de “gripezinha” e xingando de “maricas” aqueles que choravam a perda de entes queridos por causa do vírus.

No final de 2020, o próprio Bolsonaro afirmou que não autorizava o então ministro Eduardo Pazuello a comprar vacinas da Coronavac, fabricadas pelo Instituto Butantã. O fato foi confirmado pelo próprio Pazuello, em depoimento à CPI da Covid, em maio de 2021. • **Agência PT**



MAIS SAÚDE PARA O POVO

Maior sistema de saúde universal do mundo, ameaçado pelo neoliberalismo desde o Golpe de 2016, o SUS está sendo reerguido no processo de reconstrução liderado pelo presidente Lula

Zeca Dirceu

Em menos de 90 dias de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o povo brasileiro já pode comemorar avanços



em várias áreas. No campo da saúde, por exemplo, a diferença é da água para o vinho em relação ao governo anterior.

Nos próximos dias, haverá anúncio de novo programa cujo nome ainda não foi definido mas vem sendo chamado de "Mais Saúde para os Brasileiros". A ação será uma versão ampliada do vitorioso Mais Médicos, lançado em 2013 no governo Dilma Rousseff.

A nova versão, neste terceiro mandato de Lula, incluirá também a especialização dos profissionais da saúde e incentivos de permanência nos municípios. O novo programa atenderá as regiões mais distantes dos centros urbanos, nos moldes do Mais Médicos.

Mudanças significativas para que o povo tenha mais qualidade no serviço de saúde pública, um dos principais compromissos de campanha de Lula. A novidade é a incorporação de outras categorias profissionais, como cirurgião-dentista, enfermeiros e assistentes sociais,

que irão compor equipes de saúde, com um ganho quantitativo e qualitativo.

A prioridade será para médicos brasileiros, inclusive com a validação dos diplomas daqueles que se formaram no exterior, uma das principais rei-

vindicações da categoria, e incentivos aos recém-formados.

Esses temas foram tratados durante a semana pela ministra da Saúde, Nísia Trindade, com a bancada da saúde da Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PCdoB e PV.

Haverá incentivos para que médicos recém-formados atuem nas regiões mais carentes de profissionais. O objetivo é capacitar ainda mais a assistência básica, e garantir, adicionalmente, oferta de médicos ao nível que existia antes da chegada do governo anterior, que destruiu políticas públicas em distintas áreas, em especial a de saúde.

A iniciativa vem no bojo de um conjunto de ações na área de saúde, que inclui, por exemplo, a liberação de R\$ 600 milhões para a realização de cirurgias eletivas e outros procedimentos paralisados na rede pública por incompetência do governo passado.

As campanhas de vacinação voltaram, depois do negacio-

nismo do último governo que, totalmente despreparado, provocou a morte de 690 mil pessoas durante a epidemia de Covid-19.

O Ministério da Saúde vai aumentar em 51,5% o número de médicos nos Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (Dsei), área abandonada desde 2019.

Reforçar o SUS é reforçar a democracia, garantindo ao povo, num país marcado por injustiças e mazelas sociais históricas, o direito à saúde. Recuperar o papel do Ministério da Saúde, como Lula vem fazendo, com a ministra Nísia Trindade, é recuperar a autoestima do povo brasileiro e mostrar a importância do Estado para a concretização do bem-estar coletivo.

Nosso sistema público de saúde, conquista histórica dos constituintes de 1988, foi consolidado por meio de lutas de toda a sociedade, com movimentos sociais, populares e sindicais, entidades profissionais e partidos políticos, como o PT.

Agora, o maior sistema universal de saúde do mundo, ameaçado pelo neoliberalismo desde o Golpe de 2016, está sendo reerguido, no processo de reconstrução nacional liderado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. •

Deputado federal pelo Paraná, é líder do PT na Câmara dos Deputados



Fotos: Reprodução

MEMÓRIA

CINQUENTA ANOS DO HORROR

A morte de Alexandre Vannucchi Leme é marcada por atos políticos e religiosos. Estudante morto por tortura nas dependências do DOI-Codi em 1973 terá biografia lançada no segundo semestre

Em 16 de março de 1973, um estudante de 22 anos foi preso nas dependências do DOI-Codi. No dia seguinte, Alexandre Vannucchi Leme, aluno do curso de Geologia da USP, estava morto. Seis dias depois de sua morte por tortura, os jornais "A Gazeta" e "Jornal da Tarde" publicaram texto que mencionava que o estudante teria sido morto por atropelamento. Era dessa maneira que a polícia política justificava, por assim dizer, as mortes de "subversivos" ocorridas em seus porões, celas e calabouços.

Esse tipo de notícia servia de senha para que os amigos ou companheiros de militância que sabiam desses "sumiços" repentinos procurassem a família e/ou

advogados para reaver o corpo – ou, em alguns casos, desfazer a célula, o aparelho, o esconderijo.

Em 1973, sob o governo do general Emílio Garrastazu Médici, a repressão às organizações de oposição e de esquerda ainda não dava mostras de dar tréguas. Alexandre, ainda que não estivesse militando em organização clandestina quando foi detido, foi mais uma vítima do aparato policial-militar destinado a sufocar quaisquer tentativas de confrontar a ditadura.

No caso de Alexandre, além de uma família que o procurou com muita persistência, houve um esforço repartido entre os estudantes e representantes religiosos para não aceitar a versão oficial. Para a missa de corpo ausente, celebrada na Catedral da

BRUTALIDADE

Alexandre, em 1970, recepcionado como calouro na USP (primeiro à esquerda) e a reportagem de *O Globo*, de 23 de março de 1973 (acima), com a falsa versão da sua morte: "atropelado" ao tentar fugir

Sé por Dom Paulo Evaristo Arns, compareceram estudantes, sobretudo os da Universidade de São Paulo, e parte da sociedade civil que, lentamente, começava a se reorganizar.

A "missa do Alexandre" marcou um ponto de não-retorno do movimento estudantil que, quando finalmente conseguiu reorganizar seu Diretório Central em 1976, decidiu homenagear o colega morto batizando o DCE como "DCE Livre da USP - Alexandre Vannucchi Leme".

Os 50 anos do assassinato de Alexandre foram lembrados em atos organizados pelo Instituto Vladimir Herzog, pela Comissão Arns e pelo Núcleo de Preservação da Memória e da Política (NM) que organizaram uma série de manifestações para a sexta-feira, 17, incluindo uma missa na Catedral da Sé, conduzida por Dom Pedro Luiz Stringhini e Dom Angélico Sândalo Bernardino. No segundo semestre, o jornalista Camilo Vannuchi, primo em segundo grau de Alexandre, deve lançar o perfil biográfico do estudante: "Eu só disse meu nome". •



Mário Vasconcellos/EEF

VÍTIMA Marielle Franco foi eleita com 46,5 mil votos em outubro de 2016. Em março de 2018, foi brutalmente assassinada junto com Anderson Gomes

CINCO ANOS SEM RESPOSTAS

Quem mandou matar Marielle Franco? Esta é pergunta que o Brasil aguarda resposta e crime segue sem resolução. Lula assume compromisso de investigar mortes da vereadora e Anderson Gomes

Desde 14 de março de 2018, o Brasil e o mundo querem saber quem foram os mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ) e de Anderson Gomes. Em fevereiro, o ministro da Justiça, Flávio Dino, determinou a abertura de um novo inquérito na Polícia Federal para investigar o caso. A ideia é ampliar a colaboração federal na apuração.

A polícia chegou aos supostos executores do crime, os ex-policiais militares Ronnie Lessa e Élcio de Queiroz, que já são réus e aguardam julgamento por júri popular. Mas os mandantes dos assassinatos e as motivações ainda não foram descobertos. Dino chegou a anunciar uma força-tarefa com a PF e o MP do Rio.

Mas o governo descarta, pelo menos por enquanto, a federalização do caso. Dino também já havia se comprometido com a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, irmã de Marielle, a esclarecer o crime político. Essa é uma questão de honra para o Estado brasileiro. A família concorda. "Não interessa para mim. O crime foi no Rio de Janeiro", disse a mãe da vereadora, Marinete Franco.

"Acho que a Polícia Federal tem que estar junto, como sempre estive. Muito mais agora com o [ministro Flávio] Dino. Mas a solução tem que partir do Rio de Janeiro. Foi lá que o crime aconteceu. O governo tem que dar uma resposta para mim, para a família, para a sociedade, para os eleitores da Marielle. Fui contra a federalização e fiz a campanha", disse.

A partir do crime que chocou o mundo e abalou a democracia brasileira, o debate sobre o que é violência política de gênero ganhou urgência e maior visibilidade. No Dia Internacional da Mulher, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou o Dia Nacional Marielle Franco, a ser celebrado todo 14 de março, com o foco no enfrentamento à violência política de gênero e raça.

A ação envolve os Ministérios das Mulheres e da Igualdade Racial. A proposta seguiu para apreciação do Congresso Nacional. Após tramitar nas duas casas legislativas, o projeto retornará para sanção presidencial.

Para a ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, é urgente denunciar violências praticadas e dar visibilidade aos desafios da luta de mulheres negras na política: "A proposta desta data tem o peso da luta de Marielle e de muitas mulheres negras na política que vieram antes, como Luiza Bairros, Leci Brandão, a nossa querida deputada Benedita da Silva", declarou Franco.

"Hoje temos um número maior de mulheres negras na política, mas precisamos garantir que elas possam exercer seus direitos políticos livremente. Estar na política não pode significar um risco de vida para as mulheres negras, cis e trans, que adentram esses espaços. E o primeiro passo é nomear e dar visibilidade a isso", destacou.

Eleita com 46.502 votos para o cargo de vereadora em outubro de 2016, Marielle tinha toda uma vida de importantes construções políticas à frente. São de autoria da dela projetos de lei que foram pensados para levar mais qualidade de vida e dignidade para reduzir as desigualdades para as comunidades cariocas. Em pouco mais de 15 anos de atuação na Câmara dos Vereadores do Rio, Marielle Franco apresentou 16 projetos. • **Agência PT**

Francois Le Diascorin/Gamma



20 de março de 1942

NAZISTAS LEVAM 999 MULHERES A AUSCHWITZ

O regime conduzido por Adolf Hitler dá início, em 20 de março de 1942, ao seu plano para erradicar os judeus através de campos de trabalho escravo na Polônia. E começa levando 999 mulheres para o campo de Auschwitz. O governo alemão queria eliminar as mulheres férteis da próxima geração de judeus, mas também, segundo o historiador Pavol Mešťan, conseguir que as famílias abrissem mão de suas filhas.

Imaginava-se que as meninas seduziriam suas famílias a segui-las até os campos de realocação, diz Mešťan, onde os judeus eram "reassentados" ou "realojados" – eufemismos para mortes. Na estação de trem, as meninas foram embarcadas em vagões de passeio e não tiveram nem mesmo a chance de se despedir de seus pais.

Quando chegaram a Auschwitz, não sabiam que eram prisioneiras. Edith Grossman, uma das prisioneiras que sobreviveram ao Holocausto, diz que desconfiou do arame farpado que cercava as barracas. O complexo de campos de extermínio foi preservado

como um memorial.

Durante os próximos três anos, cinco câmaras de gás e crematórios foram construídos em um complexo de barracas que cobriam mais de 38 quilômetros quadrados. Pelo menos 960.000 judeus foram exterminados em Auschwitz, além de cerca de 74.000 poloneses, 21.000 ciganos, 15.000 prisioneiros de guerra soviéticos.

Os nazistas tinham formas de matar jovens mulheres saudáveis. Elas eram submetidas a uma dieta precária de cerca de 600 calorias por dia, combinada com trabalho árduo que incluía demolir prédios e limpar pântanos com as próprias mãos. "As meninas começaram a morrer", conta Edith.

Das primeiras 999 jovens enviadas a Auschwitz, estima-se que menos de cem tenham sobrevivido para ganhar a liberdade novamente, entre elas cerca de oito das amigas de infância de Edith. Os soviéticos libertaram Auschwitz em 27 de janeiro de 1945. Encontraram 7 mil prisioneiros esqueléticos, sendo 4 mil mulheres.

26 de março de 1964

MARINHA REAGE À REBELDIA MILITAR

Cerca de 2 mil marinheiros se reúnem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro para comemorar o segundo aniversário da fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil. O ato contou com a presença de sindicalistas, líderes estudantis, de Leonel Brizola e do marinheiro João Cândido, líder da Revolta da Chibata de 1910. A entidade era considerada ilegal pela Marinha.

O ministro Silvío Mota enviou um contingente de fuzileiros para prender os marujos reunidos na sede do sindicato, mas o tiro saiu pela culatra. Os fuzileiros aderiram à manifestação. O movimento só foi sufocado quando tropas do Exército cercaram o prédio e prenderam os rebelados.

Jango substituiu o ministro e manda libertar os marinheiros. A rebelião e a posterior anistia foram recebidas por boa parte da oficialidade da Marinha como quebras da disciplina e da hierarquia, o que fortaleceu os setores golpistas das Forças Armadas e contribuiu para o isolamento de Jango, culminando com o Golpe de Estado desfechado pelos militares, com apoio dos civis, que resultaria a partir de 31 de março de uma ditadura sangrenta pelos próximos 21 anos.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br memorialdademocracia.com.br

24 de março de 1975

DITADURA APREENDE EDIÇÃO DO PASQUIM

A polícia apreende nas bancas o número 300 do jornal *O Pasquim*. Era a primeira edição publicada sem os cortes feitos pela censura prévia exercida sobre o tabloide humorístico carioca desde 1970. A suspensão da censura em jornais e revistas era um gesto da “distensão lenta, gradativa e segura” dos generais Ernesto Geisel, o ditador de plantão, e o ministro da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva.

A censura já havia sido interrompida no jornal *O Estado de S. Paulo* em janeiro, mas continuou vigorando para a revista *Veja*, sob o comando de Mino Carta até 1976, o semanário *Opinião* (até 1977) e diário *O São Paulo*, editado pela Arquidiocese de São Paulo, até 1978. O jornal *Movimento* funcionou sob censura prévia de abril de 1975 a junho de 1978.

Na capa da edição 300, abaixo do logotipo, o editor d'*O Pasquim*, o jornalista Millôr Fernandes, publicou um de seus mais famosos aforismos: “Imprensa é oposição. O resto é armazém de secos e molhados”.

No editorial intitulado “Sem Censura”, ele contou aos leitores que o jornal estava liberado do exame prévio dos textos e ilustrações, mas concluiu com uma advertência: “Sem censura não quer dizer com liberdade”. Foi um teste para os limites da “distensão”. Depois da apreensão do jornal, Millôr deixaria *O Pasquim*.



24 de março de 1976

COMEÇA A SANGRENTA DITADURA ARGENTINA

As Forças Armadas argentinas prendem e depõem a presidenta Isabel Martinez de Perón, a Isabelita. Uma junta militar assume o comando do país e dá início à mais sangrenta ditadura da história da Argentina e da América do Sul. O novo regime seria responsável pela morte e desaparecimento de cerca de 30 mil pessoas num período de sete anos.

O golpe de março de 1976 foi o último de uma série de seis intervenções das Forças Armadas na vida política da Argentina no século 20. Os militares tiraram do poder Isabelita, como era conhecida a mulher de Juan Domingo Perón, eleito em 1973 e que morreu menos de um ano depois da posse.

O próprio Perón, que antes fora presidente do país por dois mandatos, já havia sido alvo de um golpe de Estado em 1955 também por parte dos militares. Seus governos tiveram como marcos a nacionalização de estradas de ferro e de serviços públicos, a promoção do desenvolvimento industrial e do emprego e a intro-

dução de benefícios sociais aos trabalhadores.

A popularidade conquistada por Perón junto às classes trabalhadoras fortaleceu o Partido Justicialista e consolidou o movimento que ficou conhecido historicamente como peronismo naquele país.

Após a deposição de Isabelita, quatro juntas militares mantiveram nos sete anos seguintes uma política sistemática de fazer desaparecer não apenas seus adversários, como também seus filhos. As Forças Armadas orientavam os agentes da repressão a encaminhar as crianças de até quatro anos para adoção por familiares de militares.

Mães de desaparecidos que começaram a se reunir em 1977 na Plaza de Mayo para cobrar do governo notícias de seus filhos organizaram uma rede de informações que lhes permitiu localizar mais de uma centena de crianças sequestradas. A ditadura acabaria em 1983 com a economia do país em frangalhos e uma fragorosa derrota na guerra contra o Reino Unido pelas Ilhas Malvinas.



ros-ministros australiano e britânico, Anthony Albanese e Rishi Sunak, anunciaram a cooperação “sem precedentes” da base naval de San Diego. “Estamos na melhor posição para enfrentar juntos os desafios de hoje e de amanhã”, disse.

Nenhum dos três líderes mencionou explicitamente a China, mas Biden afirmou que a AUKUS garantiria que a área da Ásia-Pacífico “permanecesse livre e aberta”, uma fórmula que aponta para o desejo de contrariar a influência chinesa na região. O primeiro-ministro australiano chamou a aliança de “o maior investimento individual na capacidade de defesa da Austrália em toda a nossa história”.

O governo australiano estima que o projeto de várias décadas custará cerca de US\$ 40 bilhões nos primeiros dez anos e criará cerca de 20.000 empregos. A Austrália é o segundo país depois do Reino Unido a ter acesso à tecnologia nuclear secreta dos EUA. Sunak também insistiu nos esforços para aumentar o orçamento de defesa do Reino Unido, prometido no “mais importante acordo multilateral de defesa em gerações”.

O programa submarino de ataque, que busca adaptar a presença militar ocidental no Pacífico, será realizado em três etapas, detalhou a Casa Branca. E será baseado em um princípio “crucial”, reiterou Biden: “Esses submarinos serão movidos a energia nuclear, mas não carregarão armas nucleares” para respeitar o princípio de não-proliferação.

O objetivo é implantar, a partir de 2027 e de forma rotativa, quatro submarinos americanos e um submarino britânico na base australiana de Perth. Em uma segunda parcela, a Austrália comprará três submarinos norte-americanos movidos a energia nuclear da classe Virginia, com opção em outros dois. Eles devem ser entregues a partir de 2030. •

CHINA CRITICA ACORDO

Pequim diz que é perigosa a aliança entre EUA, Reino Unido e Austrália para a construção de submarinos nucleares. “Exala mentalidade da Guerra Fria e alimenta corrida armamentista”, diz porta-voz

A China criticou abertamente o acordo fechado pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a Austrália para a construção de submarinos movido a energia nuclear. O governo de Xi Jinping diz que a aliança entre os três países abre caminho perigoso.

“Os três países estão se movendo cada vez mais por um caminho errado e perigoso, pensando em seus próprios interesses e desconsiderando a preocupação da comunidade internacional”, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Wang Wenbin.

“O programa do submarino nuclear exala uma mentalidade de Guerra Fria e servirá apenas para alimentar uma corrida armamentista, minar o sistema internacional de não proliferação nuclear e prejudicar a paz e a estabilidade regional”.

A Rússia, que deseja estreitar seus laços com a China, também acusou as potências ocidentais de fomentar “anos de confronto” na região do Pacífico. “O mundo anglo-saxão constrói estruturas de blocos como AUKUS, avançando a infraestrutura da OTAN na Ásia e apostando seriamente em longos anos de confronto”, disse o chanceler Sergei Lavrov.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) alertou que cuidará para que “nenhum risco de proliferação emana deste projeto”. Durante visita a Washington, o diretor-geral da AIEA, Rafael Grossi, disse que sua obrigação é monitorar as “grandes quantidades de material nuclear enriquecido a níveis muito altos” entregues à Austrália, país que até agora estava isento dessa tipo de inspeções por não ser uma potência nuclear.

O presidente dos EUA, Joe Biden, juntamente com os primei-



Carlo Allegri/Reuters

CONVENIÊNCIA Os empresários Rupert Murdoch e Donald Trump se aproximaram quando o último já estava na Casa Branca. Amizade saiu cara

FOX PROCESSADA POR FAKE NEWS

Nos Estados Unidos, o canal de TV Fox News, de Rupert Murdoch, vira alvo na Justiça por disseminar desinformação em benefício de Donald Trump

A Fox News talvez tenha sido a primeira das grandes emissoras de TV a assumir a função de porta-voz das ideias dessa extrema-direita internacional presente nos EUA, Europa, América Latina e em algumas outras regiões. Até a eleição de Donald Trump, a emissora ainda tinha algumas diferenças com o empresário estadunidense, outsider na política, dono de um discurso desequilibrado, tratado por quase toda a imprensa como um aberração, mas eleito em 2016.

Trump chegou a criticar a Fox News naquele período. Porém, após sua inesperada eleição para a Presidência dos EUA, a emissora adotou uma postura pró-Trump e passou a endossar as atitudes do então presidente. O posicionamento tinha como alvo o eleitorado conservador do político republicano, ou seja, potenciais assinantes do canal de TV. Esse interesse meramente comercial

só está se tornando evidente agora, quando a empresa Dominion Voting Systems, que produz urnas eletrônicas nos EUA, decidiu mover um processo contra a Fox News por difamação.

Após o anúncio da vitória de Joe Biden em 2020, Trump realizou uma série de tentativas para anular o processo eleitoral no qual saiu derrotado. Como nos EUA a eleição é descentralizada e cada estado tem seu próprio rito, o então presidente tentou criar teorias conspiratórias em cada localidade, movimento que sempre estava acompanhado de ações judiciais.

Grande parte dos eleitores do ex-presidente compraram imediatamente as alegações dele sobre as fraudes nas eleições presidenciais que deram vitória a Biden, e o questionamento ganhou o status de movimento. Entre as ações, está a falsa alegação de que a cúpula do Partido Democrata se aliou a empresa Dominion para fraudar as urnas eletrônicas utilizadas no estado do Arizona.

Os âncoras de programas da Fox News veiculados no horário nobre passaram a apoiar a narrativa criada por Trump. Levantamento feito pela imprensa estadunidense mostra que uma das advogadas do ex-presidente participou desses programas mais de uma dúzia de vezes, sempre defendendo os argumentos de Trump.

No entanto, o simples fato de a emissora dar espaço para essas ideias e de seus apresentadores darem credibilidade a tais acusações não configuraria qualquer crime, já que a legislação dos EUA oferece grande proteção aos jornalistas e à liberdade de expressão, de tal maneira que é aceitável que jornalistas cometam erros que causem prejuízos a pessoas citadas em reportagens.

Apesar da proteção legal, a Fox News passou a ter um enorme problema. A empresa que fabrica as urnas eletrônicas teve acesso a mensagens trocadas pelos âncoras dos programas do horário nobre com outros integrantes da equipe, além de mensagens do próprio dono do grande conglomerado de comunicação, Rupert Murdoch.

Essas conversas sugerem que os profissionais da imprensa discordavam completamente das alegações de Trump e seus advogados. E mais. Eles tinham certeza de que as alegações sobre as urnas eletrônicas eram falsas.

A Dominion Voting Systems alega que a emissora disseminou desinformação de forma consciente. A ação pede que a Fox News seja obrigada a pagar uma indenização no valor de US\$ 1,6 bilhão – R\$ 8,2 bilhões – à fabricante das urnas. A troca de mensagens evidencia ainda que o apoio às teorias de Trump teria ocorrido porque a emissora tinha receio de perder a audiência dos apoiadores do ex-presidente. O próprio Murdoch admitiu. •

EVANGELISTAS X CAÓTICOS

Dois lançamentos procuram explicar a irrealdade coletiva das redes sociais e confrontam visões distintas sobre o futuro da tecnologia digital. Para o evangelho do marketing, o metaverso será uma experiência nova. Para o jornalismo investigativo, uma máquina sofisticada de agressão

Bia Abramo

Seriam as redes uma “revolução” para mudar “para sempre a realidade” ou um coletivo de inteligências do malignas que “reprogramaram nossa mente e, nosso mundo”? A pergunta, formulada em caracteres suficientes para caber num tuíte, aponta para duas perspectivas completamente diversas sobre as redes sociais e o mundo virtual. De um lado, há promessa de um futuro leve, divertido, no qual a tecnologia em estado abstrato e autônomo será capaz de ajudar indivíduos, empresas, negócios; enfim, a sociedade. De outro, avisa-se que o pior do impacto



Olimpio

da comunicação por meio digital ainda nem chegou.

No primeiro cenário, o metaverso já começou e transformará todos em seres híbridos homem-máquina, pelo menos no que diz respeito à nossa vida mental. Tal cenário é descrito por um especialista em capital de risco, CEO de uma empresa de tecnologia, Matthew Ball, em “A Revolução do Metaverso - Como o mundo virtual mudará para sempre a realidade” (editora Globo).

Ball é um “evangelista” do metaverso. Na origem do termo,

“tech evangelists” (ou “evangelistas tecnológicos”) eram os engenheiros e cientistas da computação que compunham o grupo envolvido com a construção do primeiro computador pessoal da Apple e sabiam “vender” o produto. A tarefa de convencer pessoas comuns a terem um computador elegante, mas caro e incompatível com outros sistemas operacionais, era muito árdua. Daí a ideia de evangelizar.

Na história da tecnologia digital de lá para cá, há sempre de vender a nova novidade com a

paciência, o entusiasmo e a dedicação de quem prega no deserto. O metaverso, espécie de expansão em technicolor e animação 3 D do mundo virtual no qual já estamos parcialmente imersos, de acordo com o evangelho de Bell, é um mundo de oportu-

nidades de ganhos na casa dos trilhões de dólares, de conexão e imersão total do indivíduo num combo de shopping center e ambiente de jogos global.

Para um CEO, consultor de empresas de startups, investidor-anjo e produtor de games e audiovisual digital, parece ser evidente que este novo mundo será inescapável. Ball é um nativo do mundo digitalizado e, aos 30 anos, acumula um currículo impressionante como homem de negócios.

Seu longo ensaio sobre a “próxima internet” é informado, didático e cheio de histórias curiosas, mas não consegue tocar nas questões que, hoje, são as que regem as discussões mais complexas sobre o meio digital: precisamos de tudo isso mesmo? Quem vai ficar de fora dessa festança de avatares e bitcoins? Em que medida o humano se transforma radicalmente nessa experiência? E, sobretudo, precisamos de tudo isso mesmo?

São indagações parecidas com essas que nortearam “A Máquina do Caos - Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo”, do jornalista Max Fisher (editora Todavia). Talvez até mais importantes do que as perguntas seja o fato de que Fisher, repórter no “New York Times”, recebeu em 2018 um pacote de documentos de ex-empregado do Facebook desconfiado dos cri-



troem e mantêm as redes de informação e comunicação tratam do efeito da disseminação dos discursos de ódio, fake news, mentiras e boatos que se tornaram a língua franca da redes.

Num estilo que se pode chamar de ensaio jornalístico, “A Máquina do Caos” remonta histórias escabrosas de acusações falsas e da espiral de desinformação que levaram ondas de ódio e ataques, na maioria das vezes com alvo em grupos minoritários que tiveram a participação decisiva de redes sociais tão comuns como o Facebook, o Youtube e o Whatsapp.

Em contraste com o panorama do metaverso animado e próspero, ao longo do seu livro vamos encontrar um meio ambiente em que viceja aquilo que há de pior no humano: crimes, violência sexual, conspirações. Tudo mil vezes amplificado pela imediatez e pela promessa de gratificação rápida das redes sociais.

Ainda que Fisher seja cuidadoso em atribuir responsabilidade das plataformas de forma direta, “A Máquina do Caos” consegue traçar um panorama impressionante da alienação (na me-

tódica de moderação em grupos naquela rede.

A partir dos documentos fornecidos pelo whistleblower, ele começou uma investigação que o leva para dentro das empresas do Vale do Silício, para entender como, afinal, aqueles que constroem

lhor das hipóteses) que cerca o discurso das diversas pessoas envolvidas no grande negócio das redes. E estamos aqui falando do Google, responsável pelo Youtube, e do Meta, que detém o Facebook e Whatsapp.

Entre o cinismo e a candura, os trabalhadores das empresas de tecnologia de informação, na maioria dos casos relatados pelo autor em seu livro, se esquivam de compreender as responsabilidades do que produzem. Mais ainda, muitos negam que o poder de manipular a maneira de enxergar a realidade possa ter consequências desastrosas.

Com pesquisa muito cuidadosa, Fisher escreve um uma espécie de anti-manual do futuro – ou, ainda, um guia para não chegarmos –, desse presente em que boiamos no ódio simbólico e concreto, num amanhã logo ali e ainda mais distópico. O caos produzido pelas máquinas, ele nos avisa, já está instalado e funcionando à velocidade da luz em nossas casas e em nossos bolsos.

Os dois livros, no entanto, o do “evangelista da tecnologia salvadora” e o do repórter que nos traz verdades inconvenientes, são úteis justamente para fazer esse contraponto. Se Ball aponta para o que as empresas gigantes, grandes e médias de tecnologia querem desenhar para as próximas décadas, Fisher sugere um mergulho mais aprofundado e crítico no presente e no passado recentes para podermos retomar a possibilidade de desenhar um futuro alternativo – com as máquinas, mas com humanos mais libertos da servidão dos algoritmos. •





LAUREADO O filme "Tudo em todo lugar ao mesmo tempo" foi o queridinho de Hollywood este ano, amalhando nada menos do que sete estatuetas, incluindo melhor filme, melhor atriz e ainda a dois veteranos coadjuvantes

FRENESI DA CULTURA POP

A maior festa da indústria de cinema do mundo paga dívida à cinematografia de origem asiática. Dois atores com raízes orientais são laureados com o Oscar: Michelle Yeoh e Ke Hu Quan

Bia Abramo

Havia pouca expectativa que a cerimônia de premiação do Oscar, no domingo, 12 de março, teria resultados muito diferentes do que a premiação de "Tudo em todo lugar ao mesmo tempo" em mais de uma categoria. O filme, dirigido por Daniel Kwan e Daniel Scheinert, é como uma colagem em ritmo alucinante de várias tendências cinematográficas recentes e outras nem tanto, tendo como

pano de fundo o multiverso (ou realidades paralelas): comédia, ação, lutas e claro, o melodrama familiar. Foi elogiado em várias resenhas e caiu no gosto de bilheteiras ao redor do mundo.

"Tudo em Todo Lugar" levou sete estatuetas, entre as mais cobçadas: filme, direção, roteiro original, montagem, mais três de atuação – atriz principal, coadjuvante e ator coadjuvante. Desde a premiação de "Parasita", do coreano Bong Joon-ho, em 2019, Hollywood voltou a estar fascinada com o cinema de origem asiá-

tica. Preocupada com a bilheteria no pós-pandemia, a indústria de entretenimento norte-americano apostou num filme de alto poder de adesão, sobretudo pelo fato de ser uma história de "família disfuncional" e que, ainda, fala à representatividade.

Em seu discurso de agradecimento, a atriz malaia-chinesa Michelle Yeoh, primeira asiática a ganhar um Oscar, apontou exatamente essa característica: "Mulheres.... Não deixem ninguém dizer que vocês já passaram do seu auge. Nunca desistam. (...) Eu



RECONHECIMENTO O garotinho que estreou em "Goonies", em 1985, sumiu da indústria e só teve o talento reconhecido agora 38 anos depois

vou dedicar esse prêmio à minha mãe, a todas as mães do mundo, porque elas são as verdadeiras super-heroínas e, sem elas, nenhum de nós estaria aqui esta noite".

A vitória de Yeoh, diante de nomes até mais consagrados como Cate Blanchett, teve gosto de reparação. Da mesma forma que a dos coadjuvantes. O ator vietnamita Ke Huy Quan, que estreou com "Goonies", em 1985, e sumiu da indústria desde então para reaparecer agora. Já a atriz americana Jamie Lee Curtis, que jamais ganhou um Oscar, foi homenageada.

Ou seja, se existe alguma coisa sinalizada pela cerimônia em Los Angeles é que o cinema é uma arte onde cabem mulheres mais velhas (Yeoh tem 60, Jamie Lee, 63) e imigrantes, como as estrelas do filme-coqueluche de 2023. Ao mesmo tempo, Hollywood está desesperada por recuperar o público jovem, disperso pelas redes e com dois anos sob regime quase que exclusivo de streaming.

O recado vindo do outro grande vencedor aponta para o "novo clássico" que também faz sucesso. "Nada de Novo no Front", o filme do diretor alemão Edward Berger

foi premiado em quatro categorias: filme internacional, direção de arte, trilha sonora e fotografia. A obra preenche os requisitos básicos de uma obra que pode correr o mundo pelo streaming – ou, mais rapidamente, nas salas de cinema. É adaptação de obra literária de sucesso parte de terreno seguro, é sobre guerra – tem drama & ação, portanto – e permite efeitos especiais quase "realistas".

Some-se a isso o fato de ser "histórico" e "ficcional" ao mesmo tempo, uma vez que o romance de Erich Maria Remarque sobre um adolescente que oscila entre o idealismo e o desespero na Primeira Guerra Mundial, parte da memória do próprio autor.

Quem ficou realmente de fora da festa foi Steven Spielberg, cuja película "Os Fabelman", que remonta o amor do diretor pelo cinema e parte de sua própria história familiar, não levou nada. Spielberg talvez não precise de um Oscar a esta altura, mas o fato de um filme com passo mais lento, tecido a partir da elaboração menos frenética de emoções, ter ficado a ver navios não deixa de também ser um recado. •

OS VENCEDORES

Filme: "Tudo em todo lugar ao mesmo tempo"

Direção: Daniel Kwan e Daniel Scheinert por "Tudo em todo lugar ao mesmo tempo".

Atriz: Michelle Yeoh por "Tudo em todo lugar ao mesmo tempo".

Ator: Brendan Fraser por "A baleia".

Atriz coadjuvante: Jamie Lee Curtis por "Tudo em todo lugar ao mesmo tempo"

Ator coadjuvante: Ke Huy Quan por "Tudo em todo lugar ao mesmo tempo"

Roteiro original: "Tudo em todo lugar ao mesmo tempo"

Roteiro adaptado: "Entre Mulheres"

Edição: "Tudo em todo lugar ao mesmo tempo"

Filme estrangeiro: "Nada de novo no front" (Alemanha)

Animação: "Pinóquio", de Guillermo del Toro

Design de produção: "Nada de novo no front"

Fotografia: "Nada de novo no front"

Figurino: "Pantera Negra: Wakanda para sempre"

Maquiagem: "A baleia"

Som: "Top Gun: Maverick"

Efeitos visuais: "Avatar: o caminho da água"

Trilha sonora: "Nada de novo no front"

Música original: "Naatu Naatu - RRR: Revolta, Rebelião, Revolução"

Documentário: "Navalny"

Curta documentário: "The Elephant Whisperers"

Curta-metragem: "An irish goodbye"

Curta de animação: "O menino, a toupeira, a raposa e o cavalo"



ANTONIO PEDRO, 82

Ator, diretor e produtor faleceu aos 82 anos no Rio de Janeiro. Ele foi militante do PDT nos anos 80, tendo sido secretário de Cultura. Ganhou projeção na “Escolinha do Professor Raimundo”, de Chico Anysio

O Brasil está mais triste. Morreu no domingo, 12, aos 82 anos, o ator, diretor, roteirista e produtor Antônio Pedro. Ele estava internado em um hospital no Rio de Janeiro, e faleceu em decorrência de insuficiências renal e cardíaca. Tinha mais de 60 anos de profissão e está gravado na memória nacional por sua arte engajada e em papéis humorístico, como na “Escolinha do Professor Raimundo”, nos anos 80 e 90, sob direção de Chico Anysio.

Nascido em 11 de novembro de 1940, no Rio, Antônio Pedro Borges de Oliveira começou a carreira na década de 1960, trabalhando como ator, contra-regra e assistente de direção. Entre 1961 e 1965, começa sua formação em Paris, participando de vários cursos e workshops de interpretação.

Estreou na televisão em 1969, na novela “Super Plá”, da TV Tupi.

Em 1972, atuou na novela “O Bofe”, da TV Globo. No cinema, atuou em “Gabriela, cravo e canela” (1983), “Dias melhores virão” (1989) e “O que é isso, companheiro?” (1997), além de “O Xangô de Baker Street” (2001) e “De pernas pro ar” (2010).

Nos anos 1970, foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em 1983, foi indicado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), para a Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj).

Em 1986, acabou nomeado secretário Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. Em 1989, passou a ocupar a mesma função em Volta Redonda. Em 1990, saiu candidato a deputado estadual pelo PDT. Em 1993, chegou a coordenador do projeto Teatro na UERJ, onde cria, produz e encena 17 espetáculos, vídeos, palestras, e levanta recursos para as obras do Teatro Odylo Costa Filho. •

O ROCK BRASILEIRO PERDE CANISSO, DOS RAIMUNDOS

O rock nacional entrou em luto na segunda-feira, 13. O músico José Henrique Campos Pereira, o Canisso, baixista dos Raimundos, banda brasileira dos anos 90, morreu aos 57 anos. Ele havia sofrido uma queda decorrente de um desmaio e, por isso, estava à caminho do hospital. Morreu de um enfarte do coração.

Nascido em São Paulo, Canisso foi criado entre a capital paulista, o Rio de Janeiro e Brasília, onde morou a maior parte de sua vida. Começou a tocar guitarra na adolescência, ainda nos anos 1980. Ele conviveu com a primeira cena do rock brasileiro, atuando como roadie de bandas da cidade.

Nos anos 1990, conheceu Digão e Rodolfo, quando montaram o embrião do grupo Raimundos, uma homenagem à banda punk estadunidense Ramones. A banda gravaria seu primeiro disco no selo Bangue-la, dos Titãs, já nos anos 90. O álbum de estreia “Raimundos” saiu em 1994 e foi um sucesso instantâneo, vendendo mais de 100 mil cópias logo em seu primeiro ano.

Puxado por músicas como “Puteiro em João Pessoa”, “Selim” e “Nêga Jurema”, o álbum catapultou os Raimundos como um dos grandes nomes do rock brasileiro nos anos 90. A banda deixou o selo para lançar suas obras pela Warner, onde ficou até o começo dos anos 2000. O grupo sofreu um baque com a saída do vocalista Rodolfo Abrantes, há 20 anos. O quarteto continuou a tocar tendo Digão como vocalista. •

VIOLÊNCIA NO BRASIL

desafio das periferias

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/violencia-no-brasil-desafio-das-periferias/>

Organização

Felipe da Silva Freitas

Amanda Pimentel | Artur Henrique dos Santos | Bruno Langeani | Dandara Tonantzin Silva Castro | Danilo Sales do Nascimento | Dudu Ribeiro | Felipe da Silva Freitas | Gustavo Queiroz | Jackeline Aparecida Ferreira Romio | Juliana Borges da Silva | Juliana Gonçalves | Máira de Deus Brito | Pablo Nunes | Paulo César Ramos | Poliana da Silva Ferreira | Ricardo Moura | Silvia Ramos | Sofia Helena Monteiro de Toledo Costa

RECONEXÃO
PERFERIAS

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

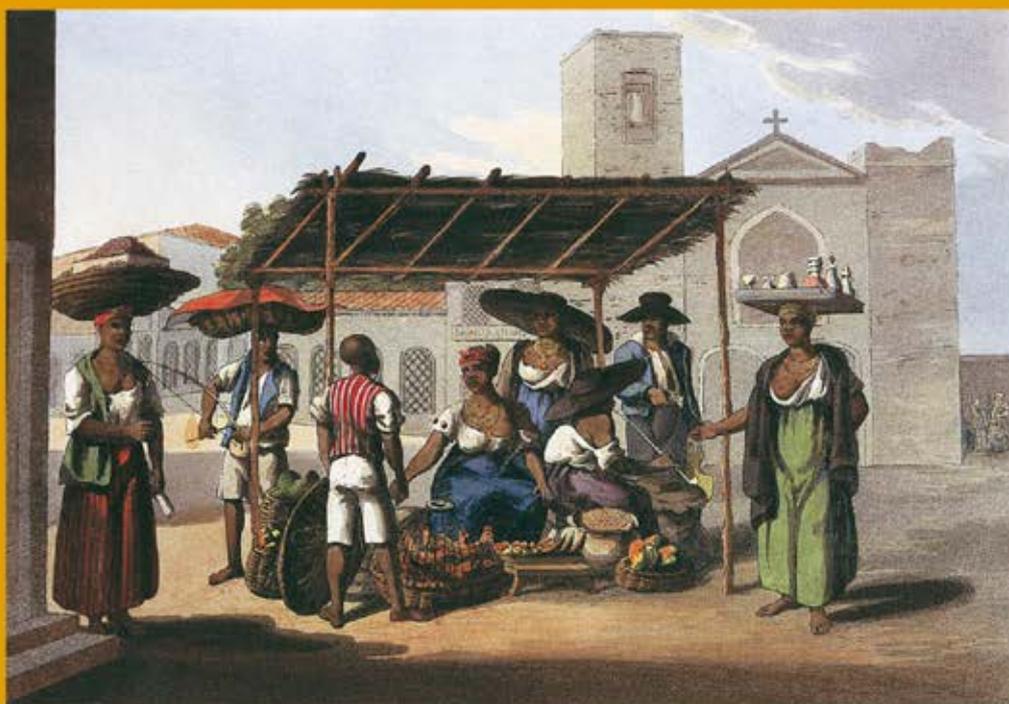
História do povo brasileiro História do povo brasileiro História do povo brasileiro

História *do povo brasileiro*

JOSELI NUNES MENDONÇA

Cenas da abolição

*Escravos e senhores no
Parlamento e na Justiça*



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Disponível no site da Fundação Perseu Abramo

fpabramo.org.br/publicacoes/estante/cenas-da-abolicao-escravos-e-senhores-no-parlamento-e-na-justica/